



# Anais da Assembléia

N.º 130

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 122.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1.983

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Werner Wanderer, secretariada pelos srs. deputados Anibal Khury e Edmar Luiz Costa.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Kury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Ofício:

Sob o número 282, do sr. MAURÍCIO AZEDO, presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

INDICAÇÃO No. 4245: INDICO À MESA DIRETORA, NA FORMA REGIMENTAL, SEJA OFICIADO AO EXCELENTÍSSIMO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, AO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, AO EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA CÂMARA FEDERAL, AOS SRS. PRESIDENTES DAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS E AOS SRS. PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DAS CAPITAIS, SOLICITANDO PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE SEREM ADOTADAS MEDIDAS URGENTES COM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS DA TVS E DO GRUPO SILVIO SANTOS, LESIVAS AOS JORNALISTAS, ARTISTAS E TÉCNICOS CONTRATADOS DAQUELE GRUPO EMPRESARIAL E À POPULAÇÃO EM GERAL. — Vereadora BENEDITA SOUZA DA SILVA. - Ao conhecimento da Casa.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições, fulcrado em dispositivos contido no Regimento Interno desta Casa Legislativa, REQUER preferência de votação aos projetos de lei números 158/83 - Proposta do Orçamento Anual; 182/83 - Nova redação à Lei 6639, de 05.12.74; 130/83, que trata da gratificação especial ao funcionalismo público estadual; 131/83 - que trata da gratificação especial aos pensionistas do IPE; e 174/83 - que concede autorização ao Poder Executivo para contrair empréstimos.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia 19 do corrente mês, na cidade de União da Vitória, vítima de lamentável acidente, do médico veterinário dr. OSNI RAVANELLO.

O extinto, filho de Zeferino Ravanello, de tradicional família de União da Vitória, era pessoa das mais estimadas naquela cidade, ocasionando com seu prematuro falecimento, consternação à sociedade local.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da sra. YOLANDA SIMONELLI DA SILVA, deixando os seguintes filhos: José Euípedes, Rosemar e Franklin Vieira da Silva, sendo este último diretor-presidente do "O Diário do Norte do Paraná", ocorrido no dia 19 do corrente, em Maringá.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja inscrito na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. OSMAR RAMOS DE OLIVEIRA, prefeito municipal de Carlópolis, ocorrido no dia 20 do corrente, naquela cidade.

O extinto era cidadão probo e honesto, líder político, exercendo pela terceira vez o mandato de prefeito, deixando com isso, consternada a população de Carlópolis e região.

O povo da cidade e municípios vizinhos, reconhecendo as suas excepcionais qualidades, prestou ao ilustre desaparecido, significativa homenagem, comparecendo em massa ao seu sepultamento.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, à Câmara Municipal e ao vice-prefeito, através da Prefeitura Municipal de Carlópolis.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) GABRIEL MANOEL

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consagração de um voto de regozijo pela posse do Revmo. Bispo Diocesano de Toledo, D. LÚCIO IGNACIO BAUGAERTNER, ocorrida no dia 20 de novembro vigente. Solicita ainda, o envio da cópia do expediente às dioceses de Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu, Palmas, Maringá, Londrina, Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Paranaguá, Campo Mourão, Apucarana, Paranaíba, Umuarama e Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL

### JUSTIFICATIVA:

O povo toledano recebeu com brilhantismo e alegria o novo Bispo de sua diocese. E o piedoso prelado, vindo do Rio Grande do Sul, na sua primeira mensagem, manifestou a sua disposição de contribuir com o Paraná na sua campanha desenvolvimentista que requer as contínuas bênçãos de Deus.

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o plenário, a inserção nos anais da Casa, de um voto de regozijo ao município de Ivaiporã, pelo transcorrer do seu 22º aniversário, a ocorrer no próximo dia dezenove.

Requer ainda, que do presente, se dê ciência ao ilustríssimo sr. Flávio Pereira Teixeira, prefeito municipal.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

### JUSTIFICATIVA:

O município de Ivaiporã foi criado pela Lei 4245, de 25/07/60, publicada no Diário Oficial no. 119, de 28/7/60. Instalou-se em 19/11/61.

O município que possui mais de 60 mil habitantes, tem justificado sua emancipação política. Em decorrência do seu grande desenvolvimento econômico e social, tem se destacado tornando-se hoje o polo de toda a região central do Paraná.

Esses fatos, entre outros, justificam o nosso pedido: isso vem reconhecer a pujança do merecedor município de Ivaiporã.

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER a consagração de um voto de congratulações à equipe de urologia chefiada pelo Dr. Hélio Pozzobon, que realizou, em Maringá, transplante de rim, com inteiro sucesso. Tal realização, além de demonstrar a capacidade e domínio das técnicas mais avançadas de medicina, proporciona aos habitantes daquela região a oportunidade de dispor dessas técnicas, sem necessidade de deslocamento para outros centros.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa seja dado conhecimento aos homenageados.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Plenário, seja enviado

expediente ao Excelentíssimo sr. Erasmo Garanhão, secretário de Estado das Finanças, sugerindo que sejam tomadas as providências cabíveis permitindo que os comerciantes possam recolher o ICM através do desconto de duplicatas junto ao Banco do Estado do Paraná S/A, abrindo-se uma linha de crédito especial, com taxas de juros diferenciadas.

A crise econômica que assola o Brasil tem criado aos comerciantes, de um modo geral, dificuldades enormes no recolhimento dos tributos, além de dificultar ao extremo a manutenção do capital de giro a níveis aceitáveis e necessários.

É comum o comerciante possuir em carteira duplicatas suficientes para pagamento de ICM, quando ocorre o vencimento do mesmo. Porém, encontram dificuldades no desconto destes títulos e acabam por perderem o prazo legal de pagamento, ficando sujeitos ao pagamento de juros e correção monetária.

O processo se repete ao longo dos meses e a dívida aumenta levando o Estado a inscrevê-la na dívida ativa, e proceder a cobrança judicial. O processo é longo, moroso. O Estado perde porque deixa de contar com os recursos no tempo certo. O contribuinte vê seu débito avolumar-se com os acréscimos de juros de mora, correção monetária, multa, honorários advocatícios e custas processuais.

A criação de uma linha especial de crédito no Banco do Estado do Paraná, permitindo que o contribuinte desconte suas duplicatas e pague o ICM é medida que interessa aos dois pólos: o Estado recebe desde logo o tributo e o comerciante, por contar com desconto a juros diferenciados, paga o imposto e evita a incidência dos acréscimos dos juros, da correção monetária, da multa e, numa segunda etapa, dos honorários de advogado e custas processuais.

E ainda, o Banco do Estado do Paraná além de cumprir sua finalidade de fomentador da economia paranaense, será prestigiado pelos comerciantes que terão permanente interesse em movimentar suas contas correntes naquele estabelecimento para poderem proceder ao desconto de duplicatas vinculado ao pagamento do ICM.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, objetivando a pavimentação asfáltica de acesso ligando a sede do município à PR-369.

Trata-se de uma reivindicação que vem de encontro com antigas aspirações dos habitantes de Juranda e região, sendo que tal obra irá, por certo, assegurar o escoamento mais rápido e seguro dos produtos até a BR-369. Não é pois apenas uma importante ligação, e sim uma importante via de interligação daquele município, com uma rodovia que é uma das mais importantes do Estado, compreendendo o município de Campo Mourão a Cascavel que são dois pólos regionais dos mais importantes em termos de atividades agrícolas e pecuárias.

Espera-se por parte dessa secretaria de Estado dos Transportes, a realização de estudos capazes de assegurar a concretização de importante obra, beneficiando não somente Juranda mas toda aquela rica e imensa região.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado dos Transportes objetivando a imediata liberação de recursos para a recuperação do trevo da PR-317 no município Engenheiro Beltrão.

É sabido que em todo o Estado do Paraná, na administração governamental anterior, a conservação e melhoria das estradas de rodagem praticamente não existia, numa total falta de interesse, sendo que no atual Governo do Estado é possível constatar que diversas obras das que estão em andamento são, em sua maioria, realizações que estão voltadas para a necessidade real de se recuperar as existentes, notadamente no plano da malha viária. No que tange a esta filosofia, a recuperação em caráter de urgência no trevo da PR-317 em Engenheiro Beltrão, está, sem dúvida alguma, inserida nestes propósitos. Ademais, trata-se de uma das importantes estradas daquela região.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO  
REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor secretário de Estado das Finanças objetivando a liberação de recursos em caráter de emergência, para a administração municipal de Goioerê.

São diversas as dificuldades econômicas da administração municipal de Goioerê, em face das dívidas contraídas no passado, de diversas ordens e proporções, comprometendo sobremaneira o orçamento previsto para o ano em curso e o próximo, onde não existem perspectivas otimistas de saldar tais débitos. A continuar esta realidade conjuntural, irão pois se agravar os problemas, tais como o pagamento do professorado e demais funcionários públicos; recursos para a aquisição de combustível afim de atender o parque de máquinas da Prefeitura Municipal, especialmente os veículos, especificamente os veículos utilizados na conservação da malha viária; reformas dos estabelecimentos educacionais, o transporte de seus integrantes dos distritos e das áreas rurais, além de inúmeros outros problemas.

Espera-se por parte dessa Secretaria de Estado das Finanças uma avaliação, no intuito de atender a reivindicação ora exposta, de iniciativa do excelentíssimo senhor prefeito municipal de Goioerê, Vicente Massahiro Okamoto.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.  
REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor ministro da Previdência e Assistência Social, objetivando a criação e instalação de um Posto do Instituto Nacional da Previdência Social no Bairro Lar Paraná, na municipalidade de Campo Mourão.

O crescimento sócio-econômico de Campo Mourão fez com que aumentasse o índice populacional urbano, notadamente nos bairros, necessitando sem dúvida alguma, de um redirecionamento da política de assistência previdenciária por parte desse ministério da Previdência e Assistência Social, para aquela coletividade. Tendo em vista esta conjuntura, a criação e instalação de um Posto Médico do Instituto Nacional da Previdência Social naquele bairro, faz-se necessária por tratar-se do maior conjunto residencial da cidade, valendo destacar que esse ministério já possui área para a edificação de tal Posto.

Pelas razões expostas, espera-se a tomada de medidas capazes de assegurar a concretização do que ora, é reivindicado.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário dos Transportes objetivando a liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados no recapeamento da malha rodoviária no perímetro urbano na municipalidade de Goioerê.

De iniciativa do senhor José Ary Valdo de Souza, diretor do jornal "Tribuna da Região" com sede naquele município, tal reivindicação vem de encontro com as aspirações dos habitantes de Goioerê, que já há muito tempo tem realizado críticas as atuais condições de tráfego no perímetro urbano, responsáveis por diversos acidentes de variadas formas e proporções. Ademais, tem-se verificado nos últimos tempos um considerável aumento de fluxo decorrentes da elevação do número de veículos automotores que transitam naquelas vias deficientes.

Neste sentido, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado dos Transportes a tomada de medidas capazes de garantir o restabelecimento da segurança nas vias asfálticas urbanas de Goioerê.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor diretor geral da CACEX, Dr. Carlos Viacava, em que solicita estudos amplos e democráticos do problema das exportações Brasil-Paraguai.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) SERGIO SPADA.

## JUSTIFICATIVA:

A sensibilidade do Dr. Carlos Viacava, diretor geral da CACEX, frente aos justos reclamos da classe empresarial de exportação da região de Foz do Iguaçu- Pr. é que garantiu a remoção, ainda que temporária, da ameaça do colapso na economia regional determinada pela divulgação da lista de 4 de outubro que proibia a comercialização em cruzeiros com o país vizinho, Paraguai, de um conjunto expressivo de produtos. Esta providência, logo a seguir modificada, significaria, em verdade a quebra de uma prática econômica consolidada no comércio entre os dois países.

E a suspensão da medida até o final do ano não afasta de toda a preocupação da classe empresarial de Foz do Iguaçu, daí a necessidade de que a CACEX procure liderar o processo de estudo do problema junto a todos os setores interessados no encaminhamento de soluções concretas. A reivindicação já reiterada pela Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, está na função do debate amplo e democrático, cuja tarefa será a de elaborar uma lista negativa que contenha os produtos que não poderão ser comercializados em cruzeiros com o Paraguai, a partir de critérios restritivos apenas dos produtos de elevada taxa de matéria prima importada, de mercadorias subsidiadas internamente, de mercadorias que possam estar sendo objeto de triangulação internacional, (devidamente comprovada—, deixando os demais itens livres para a exportação, com pagamento opcional em cruzeiros, já que o Paraguai, comprovadamente não possui reservas cambiais de dólares em quantia expressiva capaz de assegurar o atual nível de comércio binacional.

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de apoio à solicitação da sra. secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, de desmembramento da área de Estudos Sociais em História, Geografia e Organização Social e Política Brasileira, da 5.ª à 8.ª série do 1.º grau, com o conseqüente aumento da grade curricular.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) SERGIO SPADA.

#### JUSTIFICATIVA:

A medida proposta pela Secretária da Educação ao egrégio Conselho Estadual de Educação no sentido do desmembramento da área de Estudos Sociais está plenamente respaldada por dezenas de associações da área humanística, núcleos e inspetorias de ensino, centros acadêmicos e comunidade envolvida.

Ademais, a providência materializa a Proposta de Governo neste campo, que visa reverter a mutilação das disciplinas oriunda da Lei 5692/71. Devemos entendê-la da perspectiva de uma formação crítica das crianças na escola, já que o objetivo proplado pela reforma de integração do conteúdo em Estudos Sociais das diversas disciplinas não foi alcançado.

Dá a justeza do movimento em curso a nível nacional, que reivindica perante o MEC e o CFE a reformulação da Lei n.º 5692 e a conseqüente extinção de Estudos Sociais.

Com esta compreensão, julgamos por bem dirigirmos-nos aos ilustres Conselheiros de Estado da Educação, através de sua presidência, com o propósito de firmar a posição desta Casa em favor da aprovação da proposta oriunda do Poder Executivo e que terá, indubitavelmente, a sábia e serena apreciação deste egrégio Conselho.

#### Projetos de Lei:

Projeto de Lei n.º 225/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 2.º — A estrutura das carreiras integrantes do Grupo Ocupacional de que trata esta lei, incluídos os cargos das Autarquias, fica assim estabelecida:

CARREIRA	CLASSE	N.º DE CARGOS
.	.	.
.	.	.
.	.	.
.	.	.
Engenheiro Agrônomo	4. <sup>a</sup>	14
Engenheiro Agrônomo	5. <sup>a</sup>	18
(complementação)		
Metereologista	1. <sup>a</sup>	1
Metereologista	2. <sup>a</sup>	1
Metereologista	3. <sup>a</sup>	1
Metereologista	4. <sup>a</sup>	1
Metereologista	5. <sup>a</sup>	1

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Visa a presente complementação ao art. 2.º da Lei n.º 7.122, de 30 de abril de 1979, permitir a inclusão nas carreiras do Grupo Ocupacional Engenharia e Arquitetura, dos habilitados pela Lei Federal n.º 6.835, de 14.10.80, a qual dispõe sobre o exercício da profissão de Metereologista.

A justeza da medida, reflete-se no reconhecimento do Estado por esta nova profissão, criada em 1980; com o enquadramento dos profissionais metereologistas nas carreiras do citado Grupo Ocupacional, que foi estruturado anterior-

mente ao reconhecimento da profissão teremos sua adequação junto das outras classes profissionais habilitadas pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia — CREA.

Tendo em vista uma maior compreensão da legislação citada, a mesma segue em anexo a este; nestas condições, e diante da importância da medida, contamos com o indispensável apoio dos nobres senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está finda a leitura do expediente.

No pequeno expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Gabriel Manoel, inscrito. Ausente, concedo a palavra ao sr. deputado Odeni Mongruel, inscrito.

Declinando, passo ao Grande Expediente. Com a palavra o sr. deputado Nilso Sguarezi. Ausente, concedo a palavra ao sr. deputado Paulo Furiatti. Ausente, concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silvério. Estando ausente, consulto à Liderança do PDS se fará uso do espaço que lhe é reservado. Havendo declinado está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 srs. deputado.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos projetos de lei n.º 158/83- Proposta do Orçamento Anual, 182/83 — Nova redação à lei n.º 6.639 de 05.12.74 — que trata da gratificação especial ao funcionalismo público estadual — 131/83, que trata da gratificação especial aos pensionistas do IPE — e, 174/83 — que concede autorização ao Poder Executivo para contrair empréstimos. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — Do projeto de lei n.º 158/83, PROPOSTA DE ORÇAMENTO — PROGRAMA ANUAL DO GOVERNO DO ESTADO, para o exercício de 1984. **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem). Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — (Pela ordem) Concedo a palavra ao sr. deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Requiero verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere e irá colocar....

Pela ordem, concedo a palavra ao sr. deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI — (Pela ordem). Sr. presidente, solicito a chamada nominal dos srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere.

O Sr. 1.º secretário procederá a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos srs. deputados).

(Procede a 2.ª chamada nominal dos srs. deputados).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — 37 srs. deputados responderam à chamada. A Mesa irá proceder verificação de votação solicitada. Solicita aos srs. deputados que tomem seus lugares para que possamos fazer a verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem). Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao sr. deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu solicitaria à Mesa a fineza de que procedesse a 3.ª chamada nominal, de vez que estão entrando deputados no recinto e nós estamos informados de que mais deputados estão vindo para cá.

Inclusive o elevador da casa encontra-se enguiçado e está restando dois deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A mesa solicita mais

uma vez aos senhores deputados que tomem seus lugares para proceder a verificação de votação.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Anibal Khury) Procede a leitura da chamada nominal.

Responderam a chamada quarenta senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Netor Baptista) Quarenta senhores deputados responderam à chamada nominal. Há quorum para deliberação. A Mesa irá proceder à verificação de votação. Antes, porém, solicita aos senhores deputados que tomem os seus lugares.

Senhores deputados que aprovam o Projeto de Lei 158/83, queiram levantar-se. Senhores deputados que rejeitam queiram levantar-se. Trinta senhores deputados aprovam; nove rejeitam. Está aprovado.

1ª DISCUSSÃO: Do Projeto de Lei n.º 182/83, de autoria do deputado TADEU LÚCIO MACHADO e OUTROS, que dá nova redação a Lei n.º 6639 de 05.12.74, e dá outras providências. (Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar- FEPPA). Com PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. e PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado o Substitutivo Geral.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 130/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 103/83), que concede ao Funcionalismo Público Civil e Militar e aos Pensionistas do Estado, Gratificação Especial, correspondente ao vencimento ou soldo básico, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sob o referido projeto, Emendas de n.ºs 01, 02, 03 e 04 de autoria dos senhores deputados Odeni Mongruel, Djalma de Almeida Cesar, Roberto Requião e Luiz Alberto Oliveira, respectivamente, nos seguintes termos:

#### EMENDA N.º 01

##### AO PROJETO DE LEI N.º 130/83.

I— O Art. 1.º passa a ter a seguinte redação:

Art. 1.º — O funcionário civil e militar, inclusive o inativo perceberá, exclusivamente, no mês de dezembro de cada ano, uma gratificação igual a remuneração que percebe nesse mesmo mês incluídos adicionais, gratificações e vantagens de qualquer natureza.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

Apoiamto: Edgar Pimentel, Tuguio Setogutte, Donato Gulin e Ezequias Losso.

#### JUSTIFICATIVA:

Nobre e de alto alcance, a Mensagem governamental que prevê a implantação anualmente de gratificação especial correspondente apenas, ao valor do vencimento básico ou soldo básico aos funcionários públicos de nosso Estado. Entendemos, no entanto, que o 13.º salário corresponde a vantagem sobre o total do recebimento mensal de todos os que servem o nosso Estado.

Afora o poder público todos os trabalhadores brasileiros percebem o 13.º salário igual aos salários percebidos nos meses anteriores, isto é com todas as vantagens. Sabemos que a nossa Constituição Estadual, prevê que é de competência do Chefe do Poder Executivo a iniciativa de processo Legislativo de Leis, que disponha sobre servidores públicos do Estado e seu regime jurídico, ou que abram crédito, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública ( Artigos 25, § 1.º, Alínea C e 35).

Do primeiro plano poderíamos sentir que a iniciativa na

mudança da presente mensagem governamental, seria inconstitucional, no entanto a Jurisprudência, já consubstanciada em súmula do Supremo Tribunal Federal, estabelece que a sanção do executivo faz convalecer, no caso, a mudança pretendida.

#### EMENDA N.º 02

##### AO PROJETO DE LEI N.º 130/83.

Os parágrafos únicos dos artigos 3.º e 4.º ficam transformados em §§ 1.º, conservando as redações originais, acrescentando-se a cada um desses artigos mais um parágrafo, como segue:

Art. 3.º - .....

§ 1.º - .....

§ 2.º — A gratificação de que trata este artigo será devida a partir do mês seguinte ao do falecimento do servidor.

Art. 4.º - .....

§ 1.º - .....

§ 2.º — Nos casos previstos no artigo anterior, em que a gratificação paga pelo órgão de origem for inferior ao salário mínimo regional vigente no mês de dezembro, caberá ao Instituto da Previdência do Estado complementar a diferença, mediante requerimento da parte interessada ou comunicação da repartição encarregada de efetuar os pagamentos do servidor cujo óbito se verificou durante o ano.

Sala das Sessões, em de outubro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoiamto: Acir Mezzadri, Rubens Bueno, Antonio Anibelli e Dirceu Manfrinato.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir uma gratificação, NUNCA INFERIOR AO VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO REGIONAL vigente no mês de dezembro de cada ano, aos familiares do servidor já falecido, entre outras providências.

Ocorre, que tem objetivo não será alcançado, se o funcionário dos níveis iniciais vier a falecer nos primeiros meses do ano. Por exemplo: se o funcionário ganhar, na data de hoje, até CR\$ 417.312,00, isto sem considerar a alteração que deverá acontecer dia 1.º de novembro, a gratificação prevista no art. 3.º será inferior ao valor do salário-mínimo regional, o que será sanado pela aprovação da presente emenda, que esclarece a matéria.

#### EMENDA N.º 03

##### AO PROJETO DE LEI N.º 130/83

Acrescente-se ao Art. 1.º, o § 3.º.

§ 3.º — Para atender o pagamento da gratificação a que se refere o Art. 1.º, a Secretaria de Finanças recolherá mensalmente em Caderneta de Poupança de estabelecimento bancário do Estado as importâncias correspondentes a 1/12 (um doze avos) dos vencimentos básicos dos funcionários civis e militares do Estado e o resultado final irá se constituir no valor real da gratificação.

Sala das Sessões, em

(a) ROBERTO REQUIÃO.

Apoiamto: Fiori Luiz, Tadeu Lúcio Machado, Anibal Khury e Hermas Brandão.

#### JUSTIFICATIVA:

A emenda que ora propomos, pretende atingir três objetivos distintos:

Em primeiro lugar, o depósito mensal das importâncias referentes à gratificação criada pelo Projeto de Lei n.º 130/83, atenuaria as despesas a que ficaria sujeita a Fazenda Estadual, no final do ano, quando a gratificação fosse efetivamente paga ao funcionário público estadual;

Em segundo lugar, o resultado financeiro obtido pela aplicação ora preconizada viria aumentar a quantia efetivamente percebida, referente à gratificação ora criada, sem maior ônus para os cofres públicos;

E, finalmente, não de menor importância, a importância injetada no Sistema Financeiro de Habitação estaria sendo utilizada para benefício da sociedade, sem ônus para quem quer que seja, e se constituiria, sem dúvida, numa importante contribuição prestada neste sentido pelo Estado do Paraná.

EMENDA Nº 04  
AO PROJETO DE LEI Nº 130/83

Inclua-se onde couber, a seguinte emenda:

Art. . . . - A base de cálculo da gratificação criada por esta lei, incidirá sobre benefícios pessoais para vencimentos inferiores a cinco (05) salários mínimos.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoio: Donato Gulin, Tuguio Setogutte, Odeni Mongruel e Ezequias Losso.

Em discussão o projeto e emendas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem). Solicita que vossa excelência mandasse ler as emendas apresentadas pelos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE ( Nestor Baptista) A Mesa defere a solicitação de vossa excelência e solicita ao senhor 1.º secretário que faça a leitura das emendas apresentadas.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Lê a Emenda n.º 01.  
Emenda n.º 02  
Emenda n.º 03  
Emenda n.º 04.

O SR. PRESIDENTE ( Nestor Baptista) Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE ( Nestor Baptista) Para encaminhar, concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor presidente, senhores deputados.

Analisar este Plenário, hoje, projeto de lei de autoria do Executivo, que propõe gratificação especial aos servidores públicos estaduais, civis e militares, para uma gratificação anual equivalente ao salário básico dos servidores públicos estaduais.

Entretanto, a própria Mensagem de sua excelência o governador José Richa, exclui da possibilidade da gratificação natalina de que o funcionário público possa perceber os adicionais, em razão de encargo especial, ou de gratificação decorrente do exercício da sua função.

O governador do estado monta uma máquina publicitária, gastando bilhões de cruzeiros da Comunicação Social Oficial, para dizer ao Paraná, sem pejo, sem se encabular, que este é o 13.º salário. Na verdade, é mais um engodo, uma mentira de sua excelência o governador. Não se trata de 13.º salário, porque os trabalhadores brasileiros que recebem este tipo de 13.º vencimento, o fazem de maneira integral e não da forma ardilosamente artificial que o governador do Estado manda à Assembleia Legislativa.

Pasmem os senhores, a par de não ser o 13.º salário o regime do PMDB no Paraná, não se envergonha de declarar pela imprensa, onde gastar bilhões de cruzeiros em propaganda nas televisões, nas rádios e em cartazes que na verdade são propagandas mentirosas, porque o conceito do 13.º salário é o salário integral, não apenas uma gratificação.

Tive oportunidade de conversar com funcionários deste Poder, com professores que o governo prometeu dar melhor salário

na campanha e percebi pela lei e por aquilo que o contra-cheque prova no final do mês, que esta gratificação na verdade equivale a apenas 40 por cento do salário ao final do mês percebido pelos funcionários públicos estaduais, civis e militares.

Mas, ainda, senhor presidente, os inativos receberão apenas uma gratificação equivalente a determinado número de salário mínimo, exatamente por isso, para evitar que a farsa se complete com a participação do Poder Legislativo. Ocorreram emendas a este Projeto de Lei de autoria do eminente deputado Odeni Mongruel, que já teve oportunidade de analisar com profundidade o golpe, a farsa que o governo vem fazendo com relação ao funcionalismo. Quando ele deu o último aumento, o fez na base de 35 por cento e não nos 55 por cento que era o mínimo a se esperar que o governador desse, não de aumento, mas de reposição salarial pelos índices inflacionários, em razão da economia que o governo do Estado fez à custa do dinheiro do sofredor funcionalismo público. Agora ele se apresenta como autor do apelidado 13.º salário estadual.

Não é, senhor presidente, e com isto não podem compactuar os senhores deputados das duas bancadas, por isso faço um apelo para que esta Assembleia mande de volta à Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Recursos Humanos, este projeto para que possa aproveitar a sugestão extremamente válida do deputado Odeni Mongruel, como igualmente o plano de emenda apresentado pelo deputado Roberto Requião, que nada mais é do que a sugestão já apresentada no Congresso Nacional pela deputada federal do PP, Betty Mendes, quando se discutiu a possibilidade de se parcelar o 13.º salário para o trabalhador brasileiro.

De minha parte, senhor presidente, senhores deputados, apresentei emenda visando garantir pelo menos para os funcionários públicos mais humildes, os serventes, os guardas os homens que ganham no Paraná, lamentavelmente a quantia de até três salários mínimos por mês, apresentei emenda, que pelo menos para estes o governador do Estado realmente cumpra com a sua promessa, se ele não cumpre a promessa integralmente se ele não pode em razão de recursos dar o 13.º salário para a Magistratura, para o Ministério Público, para os servidores deste Poder, para os Servidores do Poder Executivo, que pelo menos para os funcionários mais humildes, aqueles que sofrem mais de perto os efeitos da perversa crise econômica, para que a estes seja possível pagar integralmente o 13.º salário. É matéria importante, é matéria que fala ao coração do funcionário público estadual, sua excelência, o governador do Estado não pode apelar uma gratificação natalina de 13.º salário, é preciso que no Paraná se restabeleça de vez, a verdade por inteiro, senhor presidente. Este Poder está sendo chamado a decidir em favor do funcionalismo público, não se diga que não há recursos, este ano o próprio governador do Estado diz que reduziu o déficit, ele conseguiu que houvesse um superávit de arrecadação de duzentos e cinquenta bilhões de cruzeiros previstos no orçamento de 1983. O Estado segundo declaração do secretário do Planejamento já arrecadou mais de trezentos bilhões de cruzeiros.

Recursos existem, nós discutimos e acabamos de provar hoje a lei orçamentária, sabemos o quanto está aumentando a verba da mordomia dos gabinetes dos secretários, sabemos o quanto aumentou a verba de Comunicação Social, sabemos que para o orçamento de 1984, enquanto verba para compra material, para comprar papel para fazer cartaz, apelidando a gratificação de 13.º salário sobre sete mil por cento, as verbas para pessoal sobem apenas 98 por cento.

Por isso é o apelo que formalizo, senhor presidente, vamos fazer voltar esse projeto para as comissões competentes, com as emendas propostas pelos deputados Roberto Requião, presidente, Djalma de Almeida Cesar, Odeni Mongruel e deste deputado, para que se faça justiça ao funcionalismo público e se restabeleça a verdade dos fatos.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Continua em votação o projeto.

O SR. NILSO SGUAREZI (Para encaminhar) — Senhor presidente, senhores deputados.

É preciso restaurar-se a verdade por inteiro, no Paraná; foi a afirmação do ilustre líder do PDS. E é com este propósito que nós subimos à tribuna. Para que a verdade do PDS, a verdade de submissão do funcionalismo, de 20 anos; de ineficiência, de ineficácia, de mentiras, de perseguições, de assinar ficha da Arena e do PDS na amarra, terminasse. A verdade, de que uma comissão do funcionalismo público fosse constituída para debater na mesa das negociações os novos índices de aumento.

A verdade do décimo terceiro que não é nossa; que é, senhores deputados do PDS, e vossas excelências querem "tapar o sol com a peneira", do comércio do Paraná; folheiem os jornais, senhores deputados do PDS, e vão ver uma empresa como Prosdócimo fazer uma promoção de vendas de Natal, em cima do décimo terceiro salário que o funcionalismo vai receber. Serão mais de 10 bilhões de cruzeiros, que o Estado está jogando nas mãos do funcionalismo. Esta verdade que dói e cala fundo, dos incompetentes de ontem, dos mentirosos de hoje. Estes sim, usam da mentira como escudo; que querem confundir e enganar o funcionalismo público, dizendo que ele não vai receber o décimo terceiro. É preciso que se restaure a verdade; que esta mentira que estamos cansados de escutar aqui, tenha um basta, senhores deputados. Por isso subimos à tribuna para desfazer, inclusive, afirmações mentirosas, de incompetência técnica, ao interpretar o Orçamento, que eu vou desmentir, desmascarar e desafiar, àqueles que falaram que verbas de gabinete iam aumentar em mil por cento. Tenham o Orçamento em mãos, que aprovaram agora há pouco, e vamos ao debate e uma interpretação correta e não mentirosa, como os senhores têm feito aqui.

Afirmaram, senhores de que o funcionalismo do Paraná está sendo enganado. No Orçamento do PDS, um Orçamento mal feito; porque criticaram e votaram contra o nosso Orçamento. No Orçamento do PDS do ano passado, previa uma despesa de pessoal, de 158 bilhões de cruzeiros. E foi no governo do PMDB, que já se aplicou, vai se aplicar para o funcionalismo do Estado, 228 bilhões, ou seja, mais de 70 milhões do que estava previsto pelo governo do PDS. E exatamente 43,9 por cento, o governo do PMDB está dando a mais da previsão orçamentária que o governo do PDS tinha proposto.

Mas, afirmaram os senhores deputados do PDS, e ainda há pouco, o ilustre líder retificou, de que nos gabinetes dos senhores secretários, estavam alocados verbas monstruosas para mordomia. E citaram o exemplo do gabinete do senhor secretário da Educação. Só se esqueceram de dizer, por exemplo, no gabinete do secretário da Agricultura onde afirmaram que houve um aumento de mais de mil por cento. Eu lamento, porque há uma palavra para caracterizar perfeitamente isto, ou incompetência ou ignorância, para interpretar um Orçamento. Ou como eu disse aqui, uma projeção especulativa para o futuro, de satisfazer um desejo subjetivo do PDS. Porque erraram ao interpretar o Orçamento. O gabinete do secretário da Agricultura do Estado do Paraná, onde estão alocados recursos que na interpretação do PDS, ultrapassariam aos mil por cento, sobre o Orçamento passado, estão aqui colocados nos seguintes projetos: manejo integrado de solos, que não havia no governo passado, que é uma preocupação do governo do PMDB, este é um projeto novo, está alocado no gabinete do senhor

secretário na importância de 3 bilhões, 629 milhões; o projeto de desenvolvimento da tração animal, numa tentativa de coibir o abuso do consumo de Diesel na lavoura, num projeto da ordem de 592 milhões de cruzeiros. Apoio do programa especial de produção agropecuária, mais um projeto da ordem de 486 milhões de cruzeiros. E o acompanhamento e compatibilização de ações de entidades vinculadas no valor de 202 milhões de cruzeiros, ou seja, num total que está alocado de novos projetos no gabinete do secretário da Agricultura, de 4 bilhões, 909 milhões de cruzeiros.

Então, para custeio do gabinete do secretário da Agricultura, não foi mil por cento que cresceu, não. Acresceu-se apenas 21 por cento, senhores deputados.

E a mentira do PDS passou dos mil por cento. Ou mentiram, ou são incompetentes, ou ignorantes para analisar o Orçamento. E é essa verdade que nós viemos aqui para restaurar.

Na verdade, senhores deputados, eu desafio que me provem o contrário. Se é a verdade que querem, eu tenho aqui a relação do acréscimo nos gabinetes dos senhores secretários. Na Secretaria das Finanças, o acréscimo do gabinete do secretário foi apenas de 101 por cento. Na Agricultura, como eu disse, apenas 21 por cento de manutenção de gabinete. Na Indústria e Comércio, 119 por cento, muito abaixo da inflação. Na Secretaria da Educação apenas 35 por cento, 1/3 da inflação.

Na Secretaria da Segurança, que disseram aqui e criticaram muito, o acréscimo do gabinete foi apenas 75 por cento.

Na secretaria da Justiça, foi de 175 por cento, com acréscimo mais na ordem de pessoal.

Na Secretaria da Administração, 40 por cento de aumento. Secretaria do Planejamento, 34 por cento. E nas verbas, senhores, que se tripudiou aqui, nas verbas que o PMDB vai gastar em publicidade. Está aqui, 1.982, porque o PDS faz cálculos sem consignar a inflação.

Nós tivemos de 82 para cá, inflação que superou a casa, se nós acrescemos a inflação de 250 por cento. Corrija-se os valores de inflação e nós vamos ter os seguintes resultados. Corrigido com a inflação, em 82 no governo do PDS se gastou em publicidade, 3 bilhões e 28 milhões de cruzeiros. Em 84 vai se gastar no governo do PMDB, um bilhão, 670. Exatamente 50 por cento e vem com esta mentira deslavada dizer que nós vamos gastar mais em publicidade.

Chega com este sofisma. E está aí do desafio ao ilustre líder do PDS. Se souber usar uma máquina de somar, use...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Consulto de vossa excelência se o deputado que está na tribuna está com a palavra para encaminhamento de votação, ou discussão.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No encaminhamento de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para registrar que no encaminhamento de votação não é permitido apartes. E que este deputado já foi à tribuna e que responderei a sua excelência em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa informa que falta um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Então, para concluir, senhor presidente.

O aumento da verba de publicidade que o PDS insistiu que trombeteou, que fez um verdadeiro carnaval, se nós corrigirmos os índices de inflação, no ano das eleições eles gastaram exatamente o dobro do que nós vamos gastar no ano que vem.

Estão com a palavra os senhores em Explicações Pessoais,



no Grande Expediente, usem o restante do ano no ano que vem para provar estes números que são indelmentáveis.

Por isso, sr. presidente, a nossa bancada vai votar favoravelmente o 13.<sup>o</sup> salário. Vamos rejeitar as emendas do PDS por serem inconstitucionais.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista). Está em votação o Projeto.

Para encaminhar, a palavra com o Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Sr. presidente, srs. deputados.

O Projeto de Lei, 130/83 da autoria do Poder Executivo e que objetiva conceder ao funcionário público civil e militar e aos pensionistas do Estado uma gratificação especial, correspondente ao vencimento básico, ou ao soldo básico, vem merecendo de parte desse Deputado diversas manifestações.

Recordo-me que quando da fixação do índice da correção salarial ao funcionário público estadual no mês de julho, nós observávamos de que os valores propostos se representavam o atendimento às necessidades do funcionário público, não satisfaziam às condições estabelecidas por um processo inflacionário, galopante desenfreado, que fazia com que o poder aquisitivo salarial do servidor público do Paraná diminuísse a cada instante, e naquela oportunidade nós encaminhamos através de requerimento ao sr. governador José Richa, para que adotasse como critério de correção salarial o índice nacional de preços ao consumidor o INPC, consagrado pela legislação federal e que possibilita a correção, se não satisfatória, se não ideal quanto possível mais próxima da equilibrção necessária desses elementos.

Nós fazíamos referência à diferença acentuada que existe entre dois tratamentos diferenciados, de um lado o servidor público, cujo vínculo é estabelecido e regulamentado pelo próprio Estatuto do Servidor Público, de outro lado os funcionários ligados à administração indireta, às sociedades de economia mista, às empresas públicas, às fundações e às autarquias nós alertávamos para a defasagem cada vez mais acentuada em que se encontrava e se encontra, agora ainda, mais o funcionário que tem a sua vida regulamentada pelo próprio Estatuto do Funcionário Público.

Nós chamávamos atenção ainda que para um processo inflacionário desenfreado como nunca antes havia ocorrido, era indispensável que se adotasse medidas emergenciais para possibilitar que pudesse o servidor público do Estado do Paraná fazer face às dificuldades sócio-econômicas que assolavam o País, que assolam o País e que o atingem diretamente, a si e a seus familiares.

Nós colocávamos que a diferença de 20,6 por cento entre o índice fixado pelo Poder Executivo Estadual e o índice nacional de preços ao consumidor, possibilitaria à administração estadual do Paraná arrecadar até 30 de dezembro deste ano o equivalente a 123,6 por cento de uma folha de pagamento.

E isso, alertávamos em julho, levaria o governo do sr. José Richa a estender ao funcionário público do Estado, se assim o entendesse, titulado ou não de 13.<sup>o</sup> mês, de gratificação especial, ou de gratificação natalina, o equivalente ao salário integral desse servidor público do Estado do Paraná. Criou-se com isso uma expectativa natural, uma vez que a receita não faltaria e a despesa de pessoal corrigida sempre de acordo com o arbítrio, a vontade do Poder Executivo, era perfeitamente lógico, era perfeitamente racional que aguardássemos uma atenção nesse sentido.

Muito bem; quando da apreciação especificamente do Projeto de Lei 130/83, motivo deste encaminhamento, nós apresentamos uma proposta no sentido de que fosse incorporado a essa chamada gratificação especial, outros direitos, outras vantagens e os adicionais, procurando com isso oferecer ao servidor público do Estado do Paraná uma maior consistência nessa chamada gratificação especial, porque não poderia ela ser

tratada no proselitismo político, na manifestação em resposta à promessa eleitoral de 13.<sup>o</sup> mês onde se atendia parcialmente às necessidades do servidor público não satisfazia, na sua plenitude, a expectativa construída em cima dessas promessas. Apresentamos esta mensagem, trazemos uma emenda à consideração deste Plenário no sentido de que esta Casa solicite ao sr. governador, em tempo ainda possível, a correção desses valores a fim de que não se caracterize como medida paliativa, mas que venha efetivamente ao encontro das mais legítimas aspirações do servidor público estadual. E é perfeitamente racional, é defensável esta nossa posição porque neste processo inflacionário galopante a relação de crescimento entre receita e despesa nos leva a seguinte conclusão: a receita corrige-se segundo os próprios índices oficiais caracterizados no processo inflacionário, enquanto que a despesa, em particular a despesa com pessoal, esta depende exclusivamente da generosidade da atitude autocrática do Poder Executivo a quem cabe, aos estatutários, fixar esses índices de correção.

Peço, sr. presidente, solicito aos srs. deputados que fecho-mos questão em torno dessa medida no sentido de que possa o servidor público do Estado do Paraná, ter atendida a sua reivindicação e a promessa do PMDB em dotar-lhe, a cada mês de dezembro, de cada ano, com uma gratificação que tenha substância suficiente para se caracterizar como 13.<sup>o</sup> mês. Devo dizer que na própria manifestação que fiz como presidente da Comissão de Recursos Humanos e na condição de relator uma vez que avoquei a competência de me manifestar a respeito, disse, e aqui está o parecer que não era hora de colocarmos óbice na tramitação da Mensagem e que dava o meu parecer simplesmente favorável, mas apelava ao governador José Richa para que revisse esses critérios e partisse, desde logo, para oferecer um conteúdo suficiente para que a gratificação especial que se atende hoje pela forma não atende no conteúdo, possa assim corresponder a um velho anseio do servidor público do Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)— Continua em votação o projeto 130/83.

Para encaminhar, com a palavra sua excelência, o deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. presidente, srs. deputados.

A promessa de instituir a semestralidade e de pagar aos funcionários públicos do Estado o 13.<sup>o</sup> salário foi feita pelo atual governador do Paraná. Em sua campanha dois temas foram motivos exaustivos de muitos pronunciamentos, feitos não só nos palanques eleitorais, mas, como também, no Plenário desta Casa e aonde foi possível falar, a fim de receber o apoio popular para o PMDB.

Hoje, o que o Paraná constata, e tristemente constantam os servidores públicos, desta Estado é que o Governador José Richa, depois de eleito e empossado, passou a assumir uma postura diferente daquela dos palanques eleitorais.

Já denunciei desta tribuna, recentemente, a mentira formal do governo paranaense, que manda imprimir cartazes, para esparramar por todo o território do Estado afirmando à opinião pública paranaense que resgatou as suas promessas de campanha, como a instituição da semestralidade e do 13.<sup>o</sup> salário.

Em primeiro lugar, sr. presidente, srs. deputados, é bom que se diga, para que esta Casa não passe um atestado de incompetência, inclusive, que não há, tramitando neste Poder mensagem alguma, instituindo a semestralidade, de iniciativa do Governador José Richa. No entanto, a prodigalidade publicitária do atual governo fez com que, publicamente, o Paraná imaginasse que esta Mensagem governamental tramita na Casa, já se transformara em lei, e já há a instituição do reajuste semestral.

Não, sr. presidente, não há. Lamentavelmente não há,



porque, nós gostaríamos que o governo paranaense concedesse este benefício aos nossos servidores públicos.

E, agora, o governador e o PMDB, o governo no Poder Executivo, os Parlamentares do PMDB, que concordam com a Proposta Governamental, estão a querer consagrar um grande engodo para os nossos servidores públicos, apelidando de 13.<sup>o</sup> salário uma gratificação especial que, na verdade, não configura o 13.<sup>o</sup> vencimento dos nossos funcionários públicos, e, infelizmente, já declarou da tribuna desta Casa, o deputado Nilso Sguarezi, com o poder de liderar os interesses do governo e da bancada majoritária neste Poder, que as emendas apresentadas serão rejeitadas pelo rolo compressor montado pelo governo como assento no Poder Legislativo do Paraná.

Ora, é lamentável que aqueles que se serviram dessas duas bandeiras de um grande apelo eleitoral, no momento em que têm a oportunidade de transformar em lei a sua promessa, apenas tratam de levar à opinião pública do Paraná, e à classe de funcionários públicos deste Estado, num terrível equívoco que merece a nossa reprovação; não a reprovação exclusivamente dos deputados do PDS, mas a reprovação de todos os parlamentares com assento neste Poder, especialmente dos parlamentares do PMDB que pregaram, com Richa, as mesmas propostas em sua campanha eleitoral, mas que, no entanto hoje, estão materializando propostas completamente diferentes.

E eu gostaria de lembrar algumas das conquistas importantes dos servidores paranaenses, no último governo do nosso Estado. É muito comum ouvirmos críticas cadentes do PMDB à gestão anterior do governo paranaense, como ouvimos, naquela época, críticas muito profundas ao ex-governador Ney Braga no momento da concessão dos benefícios e das vantagens aos nossos servidores. Pois, nos quatro anos do governo Ney Braga, e posso assegurar mesmo sem que eu tenha ainda a convicção daquilo que vai acontecer daqui para frente, no atual governo que, dificilmente, o sr. Governador José Richa vai se igualar nas vantagens aos servidores públicos do nosso Estado.

Basta para refrescar a memória dos parlamentares do PMDB e refrescar a memória daqueles que estão encastelados no Poder, nos dias de hoje, que muito se fez pelo funcionalismo público paranaense, e, hoje, infelizmente, não se faz nem aquilo que formalmente, foi uma grande promessa eleitoral do Governo José Richa.

Aliás, devo denunciar, desta tribuna, aproveitando a oportunidade deste pronunciamento, que nem mesmo os funcionários celetistas da Assembléia Legislativa puderam receber os seus vencimentos neste mês de novembro, com aumento salarial, como aconteceu nos anos anteriores, porque o governador Richa não assinou ainda, não deferiu ainda a proposta de aumento dos servidores regidos pela CLT, e não só os funcionários do Poder Legislativo CLT, não receberam com aumento este mês, como também todos os demais funcionários públicos do Paraná, quando a norma, a praxe, o costume dos anos passados, determinavam já a partir de novembro, este aumento salarial.

Mas, é bom lembrar que não ficaram encargos mais sérios, mais importantes, mais onerosos para o atual governo na área do funcionalismo público, porque todas as reivindicações básicas da área do magistério e dos nossos funcionários foram atendidas no governo passado. A aplicação integral dos preceitos do Estatuto do Magistério, a efetivação dos professores suplementaristas, a realização de um concurso público para o magistério, que, aliás, foi outro dia, como que vilipendiado pela Secretaria da Educação, do governo Richa, afirmando que aquele foi um concurso demagógico, que, por isso, não vai respeitar os direitos adquiridos pelos professores que foram aprovados e que não serão, consequentemente, nomeados pelo atual governador do Paraná.

Ora, sr. presidente, srs. deputados, demagogia é duvidar da idoneidade do concurso público e, muito mais grave, é subestimar o grau que aprovou a cada um dos professores que prestaram aquele concurso público.

E o governador Richa dá as costas para o concurso e para os concursados aprovados e se nega, peremptoriamente, fazer a nomeação desses professores. Como, da mesma forma, este governo que aí está, que se elegeu de uma forma tão comprometida com os nossos servidores públicos paranaenses, se recusa, nos dias de hoje, a promover os processos ascensionais estabelecidos na lei da reclassificação para aqueles funcionários do Estado, que, em outras funções, buscaram mediante concurso, uma readaptação de sua atividade funcional. Este é o governo que prometeu e que afirmou publicamente que tudo faria para atender aos nossos funcionários e imagino eu o que aconteceria aos nossos funcionários, se dentre outras medidas do governo passado, não fosse concedida a gratificação de regência ao Magistério. A reestruturação do quadro da coordenação da receita do estado a reclassificação dos funcionários públicos do Estado do Paraná, a ampla e total aplicação do Estatuto do Magistério, a elaboração, votação e aprovação com o consequente ato de sanção governamental e outras leis específicas.

Se isso não acontecesse no governo passado, pergunto eu, o que seria do pobre servidor público paranaense que certamente em grande número votou em Richa, na esperança de ter a semestralidade e o 13.<sup>o</sup> e recebe como resposta à sua confiança, o engodo, a mentira e o grande equívoco.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Continua em votação o Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 130/83. Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Requeiro verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos senhores deputados.

(Faz soar os tímpanos).

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — Proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — 40 senhores deputados, responderam à chamada.

A presidência solicita aos senhores deputados que tomem assento para verificação de votação. Os senhores deputados que aprovam o projeto de lei 130/83, queiram levantar-se.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

40 senhores deputados aprovam, nenhum rejeita.

Está aprovado.

**Em votação** — A Emenda de n.<sup>o</sup> 1 de autoria do senhor deputado Odeni Mongruel.

Os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão.

Rejeitada.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A mesa defere e irá proceder à verificação de votação. Os senhores deputados que aprovam a Emenda n.<sup>o</sup> 1, queiram levantar-se. Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

9 senhores deputados aprovam, 31 rejeitam.

Está rejeitada a Emenda.

**Em votação** — A Emenda de n.<sup>o</sup> 2 de autoria do deputado Djalma de Almeida Cesar. Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

**Em votação** A Emenda de n.<sup>o</sup> 3 de autoria de Roberto Requião. Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA. Solicito verificação de

votação.

O SR. PRESIDENTE ( Nestor Baptista) — A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação. Os senhores deputados que aprovam a emenda do sr. deputado Roberto Requião, queiram levantar-se. Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

40 senhores deputados aprovam.

Aprovada.

Emenda de n.º 4 de autoria do senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

Está em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar, sr presidente.

O SR. PRESIDENTE ( Nestor Baptista) — Para encaminhar, concedo a palavra ao sr. deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. presidente, srs. deputados.

Para provavelmente cumprir a orientação palaciana e com o atraso que lhe é peculiar, o líder do governo afirmou desta tribuna de que os dados aqui trazidos a respeito do Orçamento, não correspondiam a realidade dos números.

Pode sua excelência ser o malabarista verbal que quiser, mas contra a verdade da Proposta Orçamentária, que é aquela que eleva de cinco bilhões as verbas de manutenção dos Gabinetes dos Secretários, de 1983, proposta feita ainda pelo governo honrado de Hosken de Novaes, para elevação em mais de 20 bilhões de cruzeiros para o ano de 1984, fica caracterizado que o governo José Richa implantou um novo regime no Paraná, o regime da mordomia.

Equivoca-se sua excelência quando diz que afirmamos que o gabinete do Secretário da Agricultura subiu em mil por cento as verbas de representação, de pagamento de passagens, de pagamento de estadia em hotel, de recepção. Não fizemos isto em momento nenhum da tribuna, nem este deputado nenhum companheiro seu. O que afirmamos e temos os números aqui das notas taquigráficas, é que no Gabinete do Secretário da Agricultura houve um acréscimo muito reduzido em comparação ao Gabinete dos outros Secretários.

Mas, se a verba da mordomia não subiu no Gabinete do Secretário, no Gabinete do Diretor Geral, que é o substituto eventual do Secretário, e o Diretor Geral que foi exonerado da Secretaria da Administração passada por incompetência, sobe, sr. presidente e srs. deputados, do orçamento de 1983, portanto do presente exercício, de 500 milhões para um bilhão, quinhentos e cinquenta e um milhões de cruzeiros, num crescimento de 210 por cento.

Aqui está a proposta Orçamentária. Qualquer alfabetizado pode lê-la e verificar que na rubrica da manutenção do Gabinete do Secretário não há nenhuma discriminação de programas outros em favor do desenvolvimento da agricultura paranaense. Ao contrário, desafio a qualquer deputado a folhear comigo as páginas referentes à Secretaria de Agricultura e verificará o enunciado da rubrica da manutenção do Secretário.

Ali não está dito que a verba é para promoção do pequeno proprietário, para organização fundiária, para defesa animal, enfim para qualquer atividade em defesa da agricultura paranaense. Não, o que está dito é que a verba destina-se, sr. presidente e srs. deputados, exclusivamente para a manutenção do gabinete do secretário. E ninguém é ignorante ao ponto de tentar dizer que verba de manutenção de gabinete de secretário é verba para execução de um programa especial. Neste Estado que, esperando que o governador José Richa fizesse o governo da mudança, o governo que ia apoiar o "bóia-fria" mas o PMDB, através de sua liderança, não teve o pejo nenhum, senhor presidente, senhores deputados, para votar contra a emenda do "bóia-fria" e até tenta ridicularizá-la em programa de televisão, esquecido que ele mesmo, ele mesmo quando deputado da oposição, o presidente desta Casa, Trajano Bastos, o secretário

do Interior, Nilton Friedrich, apresentavam em 1982 uma emenda nos mesmos termos pretendendo criar um fundo de apoio para execução da Reforma Agrária no Paraná. E dizia o deputado Nilton Friedrich, então oposicionista, que não era possível esperar apenas as providências de Brasília, mas que precisava se dar o primeiro passo no Paraná.

Ora, é um absurdo que um orçamento como este cresça em números, não em tentativas interpretativas de inflação que são ridículas e que não fazem jus à inteligência do líder do governo nesta Casa; o número prova de que o orçamento deste Estado tem para a verba de Comunicação Social setecentos e cinquenta e quatro milhões, para o ano que vem são dois bilhões e duzentos e somar a inflação em cima, eu chego à conclusão que o governo gastou dez bilhões de cruzeiros em Comunicação Social.

Esta tática para defender o indispensável é provavelmente lamentável porque demonstra apenas uma coerência no Governo Richa; a coerência com a inverdade, com a falta do cumprimento do compromisso eleitoral, e o homem público honrado e digno não é aquele apenas que deixa de pôr a mão no dinheiro público, mas é, sobretudo, quem tem alma e quem tem coragem para cumprir e resgatar a dívida da campanha eleitoral.

Lamentavelmente, o governo Richa não é isto, e pior, senhor presidente, senhores deputados, não cumpre com a promessa e tenta iludir a opinião pública dizendo que é 13.º salário a gratificação de um terço ou um quarto do vencimento funcionalismo público. Aqui, na Assembléia Legislativa perguntam senhores deputados por seus funcionários, nos anos anteriores as Mesas estabeleciam uma gratificação equivalente a três salários mínimos, passando esta lei, os funcionários da Assembléia vão ter prejuízo porque um funcionário hoje, que percebia duzentos e cinquenta mil cruzeiros, na Assembléia, tem um salário base da ordem de setenta e cinco mil cruzeiros e ganhando o que ganhavam de gratificação natalina (três salários mínimos) eles ganhariam mais do que vão ganhar agora com a aprovação da lei que, pretensamente, vai beneficiar o funcionalismo estadual.

Vejam os senhores o caso de uma professora, de uma professora que ganha em média por um padrão depois de vinte anos de serviço, cento e trinta a cento e cinquenta mil cruzeiros. Quanto ela ganha de salário-base é só recorrer à tabela de vencimentos do Poder Executivo ou do quadro próprio do Magistério para chegar-se à conclusão que dos cento e cinquenta mil cruzeiros que ela percebe por mês, o salário base dela é não é superior a 75 mil cruzeiros...

O SR. PRESIDENTE ( Nestor Baptista) — Vossa excelência tem um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Por isso, sr. presidente, concluindo, já que o governo do PMDB não quer cumprir com a promessa com o funcionalismo, quer mentir e explicar a mentira ao funcionalismo, eu os convido, por favor, pelo menos vamos fazer aquilo que o governo federal fez com os mais humildes, vamos dar até três salários mínimos, vamos dar o 13.º salário integral. Os srs. eram contra, o PMDB era contra o 2065, não votem numa lei pior do que esta lei 2065.

Faço um apelo para os humildes pelo menos, para os sacrificados funcionários que ganham até três salários mínimos: vamos dar o 13.º salário integral. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE ( Nestor Baptista) — Está em votação a emenda n.º 04, de autoria do sr. deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. PAULO FURIATTI — Para encaminhar.

Sr. presidente, srs. deputados. Não posso deixar de subir a esta tribuna após ouvir as palavras do líder do PDS desta Casa. Líder do PDS que fala de professores. E professor, no governo do PDS, lembra-me cassetete, lembra-me cão policial, lembra-me professores pedindo aumentos salariais e a bancada do PDS conivente com o arbítrio e com o autoritarismo.

Não posso deixar de vir aqui dizer que o início da conquista dos funcionários públicos se faz no governo do PMDB e não no governo do PDS.

Não posso deixar de aqui dizer que enquanto o líder do PDS vem a esta Casa falar, — simplesmente falar, que dizer a ele que um simples programa da Secretaria da Agricultura conseguiu, sem os instrumentos autoritários do governo federal, baixar o custo da alimentação em Curitiba, que foi o programa do sacolão.

Não posso dizer, líder Luiz Alberto, porque enquanto o PDS aumenta a gasolina, enquanto o PDS aumenta o custo de vida, o PMDB com poucos recursos que tem nas mãos, conforme estudos técnicos científicos do Iparde, comprova que a ação concreta daquele instrumento que ele tem na mão, conseguiu baixar o preço da alimentação em Curitiba.

Não posso, líder do PDS, dizer que enquanto a política agrária do governo federal joga terra dentro dos rios, o governo do PMDB conseguiu, "ipsis literis", dentro da linha gramatical que vossa excelência gosta, fazer nascer dois lagos em Toledo, porque o lençol freático subiu, nasceu dois lagos em Toledo, com o governo do PMDB.

Enquanto a política agrária de vossa excelência massacra o trabalhador, o "bóia-fria" criado pelo seu programa, temos um programa concreto, dentro de nossas limitações.

Demagogia, líder do PDS. Demagogia porque diante do fato consumado da conquista do funcionário público, resta a vossas excelências esperar no Parlamento e tentar diminuir o valor da proposta do PMDB.

"Jus Sperniandis", Aníbal Khury é que diz. Vossa excelência tem o direito de esperar, não resta a menor dúvida. Vamos levantar o nível da discussão. Porque vossa excelência tem que apenas esperar naturalmente, porque quando teve o Poder, apenas massacrou a maioria do povo. E hoje, que o povo massacrou vossas excelências nas urnas, então apenas tentam com sofismas nesta Casa, diminuir uma iniciativa de grandeza do partido.

Muito obrigado, deputado Luiz Alberto Oliveira e companheiros. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação a Emenda n.º 04 do deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. GABRIEL MANOEL (Para encaminhar a votação).  
Senhor presidente, senhores deputados.

Para fazer um pequeno reparo no latim do deputado que nos antecedeu, que o deputado Aníbal Khury não falava "jus sperniano" falava "jus sperniandis", porque é dentro do Latim, que talvez o moço não soubesse interpretar a filosofia do "guru" da Assembléia Legislativa, Aníbal Khury, que tem o respeito da nossa Assembléia, e tem o respeito dos companheiros da bancada do PMDB e dos companheiros fiéis da bancada do PDS.

Então, vossa excelência no momento em que quer nesta matéria, talvez fazer o "louva Deus" ao todo poderoso José Richa, que está começando a inflacionar, está começando a fracionar-se, a fracionar o partido de vossa excelência, não vemos razão de atacar o PDS, como se fôssemos uma hidra. Vossa excelência ao atacar o PDS, o meu líder atacou a bancada toda, atacou uma facção do Paraná, que não quer outra coisa a não ser o bem-estar dos humildes do Paraná e de sua gente; na euforia talvez de parecer, não para os humildes que ganham menos de três salários mínimos, mas para o poderoso chefe, para o Delfim Netto do Paraná. Vossas excelências estão sub-

jugados, por este Delfim Netto. Vossas excelências não têm o peito que nós temos de vir aqui e dizer a verdade, para os homens que contradizem os autênticos homens que foram ao parlance e ganharam a eleição do PDS; os autênticos peemedebistas, e muitas vezes, entrosados com Jayme Canet, homens que não queriam outra coisa a não ser a mudança real e radical, para um Paraná melhor.

Vemos, como dizia meu velho pai, os "louva-Deus", estão louvando o José Richa de medo; medo, senhor presidente, medo senhores deputados e imprensa do meu Paraná. Medo de ferirem a sensibilidade, não do governador José Richa, porque talvez ele tenha boa intenção. Talvez ele tenha aquilo que o Paraná precisa, que o Paraná merece. Mas não. São os "Delfins Nettos" paranaenses os homens que trazem os deputados do PMDB ou procuram trazer os subservientes, embaixo dos seus tacões. Os homens, como os secretários, que trazem os deputados assim, pois estes não têm voz ativa de ir a determinada Secretaria e vêm depois a esta Assembléia a chorar lamúrias, a dizer provérbios do latim, completamente errôneos. Errôneos na pronúncia, e errado na filosofia. Porque Aníbal Khury nunca disse "justos sperniandus", é "jus sperniandos", como diz o latim que nós entendemos e que precisa o deputado que o bajula, o deputado que tem a roupa de "nycron" que não amassa, a do "senta-levanta", dizer aos "garanhões" que a sua filosofia está errada. Que a filosofia de alguns secretários está levando o Paraná e o governo Richa, embora bem intencionado, à derrota, à divisão, como nós vimos agora na eleição do PMDB.

Quero dizer ao povo do Paraná, que nós do PDS, ou certo ou errado, sempre lutamos pelos humildes e nosso partido, senhor presidente e meu nobre líder, nunca houve discrepância, pois no PDS do Paraná, nós fomos sempre uma massa monolítica, num bloco monolítico, exclusivamente orientados para o bem do Paraná e de sua gente. Agora vem o deputado procurando ser simpático a seu chefe. O chefe da tribo que ele não consegue dominar, a tribo que está fracionada, a tribo mesclada, senhor presidente. Essa tribo, senhor presidente, onde há homens de boa vontade e homens que querem tripudiar e também que querem bajular. Tem homens que bajulam, senhor presidente, tripudiando sobre uma bancada combativa como a bancada do PDS a qual tenho orgulho de pertencer.

Se não cuidam de sua casa, senhor presidente, como podem cuidar da casa do vizinho? Como pode vir um deputado, senhor presidente, participante de uma eleição onde perderam quase 20 por cento numa chapa que deveria ser um bloco fechado em benefício do Paraná?

Agora vem, senhor presidente, este moço dinâmico, numa mensagem vazia de ataques a nossa bancada dizendo baboseiras.

Eu ficaria feliz nos meus 60 anos de idade, se víssemos um deputado do PMDB a dizer que fizeram estradas, que fizeram hospitais, que deram lenitivo e consolo aos doentes paranaenses; que deram, senhor presidente, senhores deputados, algo de novo aos coitados e aos pobres dos funcionários que estão sendo alijados, que estão sendo marginalizados pelo "canto das sereias".

Senhor presidente, quando um deputado vai à tribuna, um dos deputados governistas que na sua ânsia de bajular o seu chefe ataca e tripudia uma bancada nobre e honrada como a nossa, nós não podemos nos calar, senhor presidente.

Ainda vem com um latim errado "jus sperniandis", apesar que não entendo, para mim é "jus spaeriands".

Então, não sei, o que o homem quer. Não sei o que eles querem, deputado Luiz Alberto Oliveira, a não ser demagogia barata.

"Diga-me com quem andas e te direi quem és".

Coitado do Paraná. Coitado do governador José Richa. Pobre do homem que está subjugado sob o tacão do Garanhão. Garanhão que tem o sinônimo de animal.

Animal digo. Então, faz muito bem, senhor presidente, a piada que existe hoje. Levaram um cafezinho para o governador Richa e o mordomo perguntou se queria com açúcar ou com adoçante. Ele falou: um momento! Passou a mão telefone e perguntou ao Garanhão, "como vou tomar o cafezinho hoje?"

É isto que eles defendem. É isto, deputado Luiz Alberto Oliveira. Esta gente é sem mensagem. Esta gente que no calor da euforia, com raras exceções, que perdoem os nobres companheiros da bancada da Oposição, mas os nossos que vem aqui sem mensagem, na euforia e sem respaldo, com a euforia de nos espizinhar, que Deus tenha piedade deles e do Paraná. Que Deus tenha piedade, deputado Luiz Alberto Oliveira, meu líder autêntico. O funcionalismo que sempre escuta o "canto da sereia", sabe que nós não estamos mais em campanha política, nobre deputado. Nós queremos ver fatos concretos e palpáveis.

O funcionalismo está aí e no futuro para o bem nosso e a infelicidade dos funcionários públicos, nós vamos ver o governo Richa, se não mudar de teoria, ele vai se dar mal.

Haveremos de ver que o deputado Luiz Alberto Oliveira, o governo de Canet Júnior, Paulo Pimentel e de Ney Braga, sempre estiveram pari-passo com o funcionalismo, e vamos ver que o tempo é o melhor conselheiro...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrado o horário de vossa excelência.

O Sr. Gabriel Manoel — Apenas para dizer, senhor presidente, que o Anibal Khury não fala bobagem da tribuna. Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Continua em votação a Emenda de número 04 de autoria do senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

Para encaminhar, com a palavra o nobre deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — (Para encaminhar) — Senhor presidente, senhores deputados.

Na realidade, o excesso de mentiras propalado aos quatro ventos com relação aos funcionários públicos do Paraná, tem que ser aclarada antes de votações importantes nesta Casa.

O governo do senhor Ney Braga, com relação a servidores, com relação a professores, inaugurou e manteve a sistemática de professores, por exemplo, os suplementaristas, maioria a nível de manutenção do então ensino de segundo grau, a base de um sistema que não existe na Legislação Trabalhista Brasileira, não era da CLT e não eram estatutários; eram "bóias-frias" da Educação.

Eu estranho quando tecem loas ao passado. As modificações foram conquistadas através da organização do Magistério, através da mobilização da classe dos educadores. Falavam os deputados Airton Cordeiro e Luiz Alberto Oliveira, condenando as propostas salariais do atual governo. No passado, senhores deputados, o tal de minguido reajuste concedido, jamais existiu. Houve no máximo de aumento a cada ano dos professores do Paraná.

Criticam e condenam a sistemática do décimo terceiro, só que no passado jamais propuseram qualquer alternativa para minorar, para que se configurasse num paliativo que fosse, à classe dos professores e dos servidores públicos em geral.

Senhor presidente, senhores deputados, quando criticam uma convenção do PMDB, falta-lhes moral para esta crítica.

O PMDB, através das várias correntes, mostra bem claramente que é um cenário onde as vozes de todos são ouvidas, e não é um partido referendador de decisões, prontas e acabadas porque nós sempre nos recusamos a emprestar este papel em nossa militância, nossa postura cívica e democrática.

Falta moral, porque por maiores que sejam os tumultos,

por maior que seja o calor da discussão, numa convenção, jamais os nossos militantes de base, chegaram pelo menos à metade dos escândalos selados e confirmados nesta Casa, por deputados do PDS; porque alguns deles, comprovadamente, têm vindo armados, têm ostentado revólver, têm sido primeira página, agredindo quem da tribuna tem falado a verdade, digo, da tribuna tenha falado a verdade.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE (Pela ordem) — Senhor presidente.

O SR. TADEU FRANÇA — Portanto, senhor presidente, senhores deputados...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ...

(Tímpanos) (Cortado o som)

O SR. TADEU FRANÇA — Quero enfatizar, digo, quero dizer e enfatizar: falta-lhes moral para criticar qualquer estrutura interna do PMDB.

Muito obrigado, senhor presidente. Muito obrigado, senhores deputados.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Senhor presidente. O deputado que se encontra na tribuna, ou encontrava-se, procurou ferir toda nossa bancada dizendo que deputados nossos têm feito escândalos nesta Casa e têm ostensivamente apresentado armas neste plenário. Eu desafio o deputado de Maringá, que diga qual deputado do PDS que aqui andou apresentando arma, que andou ameaçando alguém, sob pena deste deputado estar neste plenário mentindo ao povo que está assistindo a sessão de hoje, por falta de argumentação, para defender o projeto de lei do governo do Estado que nesta tarde nós discutimos.

O SR. TADEU FRANÇA — (Pela ordem) — Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Para dar resposta ao deputado Tércio Albuquerque, não há necessidade ...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Nobre deputado Tadeu França, a Mesa gostaria que vossa excelência justificasse a questão de ordem, por gentileza.

O SR. TADEU FRANÇA — Foi feita indagação, senhor presidente, e nós queremos apenas reportar o deputado Tércio Albuquerque à manchete do "Diário Popular", do dia em que o deputado Quielse Crisóstomo adentrou-se a esta Casa em ameaças ...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Deputado ...

O SR. TADEU FRANÇA — Em resposta à pergunta que ele fez. Muito obrigado, e é apenas uma informação que nós entendemos justa.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação a emenda de número 04.

Para encaminhar, com a palavra o senhor deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Senhor presidente, senhores deputados.

A emenda em discussão, proposta pelo eminente líder do Partido Democrático Social nesta Casa, deputado Luiz Alberto Oliveira, tem a sua procedência e tem a sua razão de ser. Sua excelência propõe que seja o servidor público do Estado do Paraná, que receberá agora a chamada gratificação especial, principalmente aqueles que integram os primeiros níveis, até três salários mínimos, sejam eles, pela proposta do eminente líder, contemplados com a gratificação especial, não apenas com o soldo básico, vencimento básico, mas com os salários integrais. É perfeitamente procedente essa iniciativa do eminente líder Luiz Alberto Oliveira não é justa a colocação que se faz a ele de parte de eminentes companheiros do PMDB que querem negar a procedência dessa emenda, uma vez que refutaram as emendas propostas pelo PDS e aprovaram integralmente as emendas sugeridas por integrantes da bancada da Situação, nesta Casa.

Mas valeria lembrar ainda, senhor presidente, senhores deputados, que explosão verbal, antes de qualquer coisa, é retrato sonoro do indivíduo. E eu gostaria de salientar aqui que, recentemente, de certa forma, até mesmo no dia de hoje, conseguimos juntos, o Poder Legislativo representado pelos ilustres integrantes do PMDB e os integrantes do PDS, a aprovação de um substitutivo que marca, aí sim, um novo tempo no Estado do Paraná.

E se efetivamente esse substitutivo foi aqui aprovado, e resultado da identidade que se manifestou, da identidade que se estabeleceu entre os deputados que compõem o Plenário desta Casa de Leis, definiu-se, de maneira bem nítida, os contornos funcionários do Poder Legislativo.

Não se permitiu que este Poder permanecesse e atuasse apenas de forma subalterna. Então, eu não vejo motivos, eu não encontro razões para críticas pessoais e subjetivas à pessoa do eminente líder Luiz Alberto Oliveira, e gostaria de salientar o que vem se caracterizando no atual período governamental, e que, se aconteceu no passado, repetir-se no presente. Há uma diferença muito grande, muito nítida entre os homens que compõem o Poder Executivo e os seus próprios companheiros de partido no Poder Legislativo, sejam eles de qualquer nível, ou de qualquer plano.

Quantas vezes nesta Casa, levantou-se acusações a respeito do procedimento dos tecnocratas do Poder.

Vejam bem os senhores, que não é privilégio do PDS hoje, e nem ontem da Arena, esse tipo de figura que trabalha com valores e que desconhece a criatura humana: o tecnocrata, para quem não existe o tempo da eternidade; para quem não existe o transcendental, para quem não existe o longo prazo; para quem só existe a curto e médio prazo; para quem marca o tempo pelo valor dos objetos e das coisas, não pelo significado humano que possa encerrar em si mesmo.

E eu gostaria aqui, de caracterizando perfeitamente, esta diferença entre o Poder Executivo Estadual de hoje, e a bancada da Situação, também de hoje, que tantas vezes foi aqui levantada, que os senhores deputados do PMDB vêm encontrando enorme dificuldade na defesa de muitos pontos, que, por exercício de função, e presos até ao princípio de fidelidade, e que, muitas vezes, configura-se como um orgulho condenável, porque na continuidade do processo faltam-lhe argumentos, sentem aqui o desconforto de defender o indefensável. Ficam aqui, pesarosos por não poder dar cumprimento às promessas de campanha. Saibam os eminentes líderes do PMDB, que os tecnocratas que compõem o governo José Richa, são mais fortes que os ilustres deputados que têm o respaldo popular.

Os deputados que não aceitam, que acenam de cabeça, sabem que isto é uma verdade.

Sirva-se de exemplo o recente episódio de Léo de Almeida Neves, quando a aguerrida bancada da Situação nesta

Casa, pelos seus 34 integrantes, pediram a permanência do ilustre homem público, mas, como ele contrariou a vontade daquele que traça os destinos do Paraná nos próximos 4 anos, caiu, e foi sem condições, que a bancada do PMDB tudo fez para que isto não ocorresse.

E valeria aqui a pena, até citando o pensamento de alguém, que caracteriza bem o Poder Executivo como um partido próprio, com interesses próprios, que não necessariamente honram os compromissos do seu partido político, daquele partido que lhe ofereceu sustentação durante a campanha, daquele partido que lhe ofereceu as teses, que por certo sensibilizaram a opinião pública, e foram o agente de mudanças políticas no Estado do Paraná.

Eu lembraria aqui uma expressão de que "um socialista no Ministério não significa necessariamente que se tenha um ministro socialista", e valeria ainda, da obra de George Orwell, "A REVOLUÇÃO DOS ANIMAIS" que conta perfeitamente essa diferença acentuada entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, mesmo com relação aos homens que integram uma mesma agremiação partidária. Na "REVOLUÇÃO DOS ANIMAIS", os bichos, de um modo geral, reuniram-se para vencerem o homem e iniciaram um processo revolucionário, em cuja manifestação, a Carta de Confiança, a Carta do Partido dizia: "Todos os animais são iguais".

E assim foram ao Poder. Venceram os homens e começaram o exercício do Poder, porém, com uma alteração no seu próprio Estatuto — todos os animais são iguais, alguns porém, são mais iguais.

Era a característica indiscutível do privilégio. Era sem dúvida nenhuma, a negação de todas as teses levadas em campanha eleitoral. Toda a argumentação usada para a conquista do Poder, era relegada a plano secundário e se caracterizavam, assim, os privilegiados do Poder.

E é o que nós vemos. Na situação de constrangimento que se encontram os homens do PMDB que, se são diferentes entre si, é verdade, são de diferentes origens, são de diferentes matizes, têm diferentes propósitos, estão subordinados a uma ditadura do Partido.

Estes, compõem, uns os que estão no Poder Executivo, não se submetem às normas do partido político, fazem do próprio Executivo, o seu partido e têm, nos interesses materiais diretos e imediatos, a razão de ser do seu novo procedimento.

É por isso, sr. presidente, é por isso, srs. deputados, que não vemos razões para que ilustres deputados do PMDB ataquem o eminente líder Luiz Alberto Oliveira nesse particular, quando juntos já conquistamos expressivos resultados como se caracteriza, acima de tudo, o recém-aprovado substitutivo à Proposta Orçamentária encaminhada a esta Casa pelo Poder Executivo Estadual. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está em votação a emenda.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar) Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa faz um apelo aos srs. deputados que se atenham ao encaminhamento da matéria, de acordo com o Artigo 25 do Regimento Interno, para que, a partir de agora não tenhamos apenas, discursos fora da matéria como tivemos, desde o início da discussão.

Com a palavra o sr. deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. presidente, srs. deputados.

Somente como introdução, sr. presidente: a nossa arma não é a arma da defesa daqueles com quem nós nos comprometemos na campanha política, em defesa das promessas feitas. É a arma que vem na defesa daqueles que acreditaram,

embora no governo passado tenha feito tudo quanto possível ao funcionário público. A própria Assembléia Legislativa e outros órgãos tiveram a iniciativa da gratificação ao funcionário público, mas não poderia, depois de verificar nos quatro cantos do Paraná, os cartazes divulgando o 13.<sup>o</sup> salário, é justo que viesse a esta tribuna para defender uma emenda que pede pouco, que se cumpra — vamos aproveitar pelo menos um pouco daquele cartaz — que sirva para aquele funcionário mais humilde que ganha até três salários-mínimos, que esse pelo menos receba o seu 13.<sup>o</sup> salário, porque aqui na mensagem diz "Gratificação Especial", mas muito se fala, nos cartazes, em 13.<sup>o</sup> salário. Nós sabemos das dificuldades, e se o Governo não pode cumprir aquilo que prometeu, nós estamos pedindo então, simplesmente, que atenda pelo menos aos mais humildes, pelo menos ao funcionário que ganha até três salários mínimos.

Por isto venho a esta tribuna, para defender esta emenda, apresentada, que acho como justa, para esses funcionários sofridos. Não serve de comparação querer aludir ao governo passado, porque ele não deu estas vantagens. Se não deu é porque não podia, mas também não prometeu. A promessa foi feita na campanha pelo governo que aí está.

Então, nós pedimos que atenda pelo menos o funcionário que ganha até três salários mínimos.

Nós gostaríamos de dizer que o recurso gasto com os cartazes do 13.<sup>o</sup> salário, poderia muito bem ter sido aplicado até num "Fundo de Atendimento" aos desempregados e também que o governo não tinha condições de dar o 13.<sup>o</sup> salário, mas que estava dando uma gratificação especial e que no futuro, talvez desse esse 13.<sup>o</sup>.

Então, não poderia deixar passar despercebida, numa votação de um projeto de suma importância, que alguma coisa está vindo. E fazer um apelo aos srs. deputados que votem pelo menos esta emenda, atendendo pelo menos o funcionário mais humilde com o 13.<sup>o</sup> salário e para dizer que parte daquilo que consta naquele cartaz vai ser cumprido.

Era só isso, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Em votação a emenda número 04. — REJEITADA.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. presidente, solicito verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos srs. deputados.

(É procedida a chamada nominal dos srs. deputados)

O SR. PRESIDENTE — 40 srs. deputados responderam à chamada.

Os srs. deputados que aprovam a emenda de número 4, do deputado Luiz Alberto Oliveira, queiram levantar-se. Os srs. deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 30 srs. deputados rejeitam; 10 aprovam. — REJEITADA.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Pela Ordem) Sr. presidente, para que conste o meu voto favoravelmente e da bancada aqui presente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Deferida, nobre deputado.

Em votação o projeto. — **Aprovado, artigo por artigo.**  
Em votação as emendas de números:

01. REJEITADA.
02. APROVADA.
03. APROVADA.
04. REJEITADA.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 131/83, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem número 102/83), que concede aos Pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência aos

Servidores do Estado, gratificação especial, estabelecendo ainda que nenhuma pensão paga pelo IPE será inferior ao salário mínimo regional, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.R.H., e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 174/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem número 106/83), que limita contratação de empréstimos internos pela Administração Direta e Indireta do Estado, até 1.000.000 (hum milhão) de O.R.T.N.s Com pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Para discutir) Sr. Presidente, srs. deputados, como é usual nestes meses do governo José Richa, o governo em apenas oito meses de mandato, duplicou a dívida do Estado do Paraná.

Hoje, vamos votar mais uma lei autorizatória para que sua excelência possa sair do palanque e começar a fazer as obras que o povo reclama.

O primeiro item do projeto estabelece que o governo do Estado contratará um milhão de ORTNs para a administração pública direta e aval para dois milhões de ORTNs da administração indireta do Estado do Paraná. Totaliza o primeiro artigo, sr. presidente, srs. deputados, em valores de setembro de 1983: cinco bilhões, trezentos e oitenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta mil cruzeiros; e o segundo, o valor equivalente a 10 bilhões, 771 mil cruzeiros. Em segunda votação este projeto, na primeira a bancada do PDS votou contra, sr. presidente, srs. deputados, porque entendia que o governo do Estado que se diz da democracia transparente e participativa, devia dizer ao povo do Paraná a que fim se destinavam os recursos pleiteados.

A mentira, sr. presidente, srs. deputados, tem perna curta. Quando denunciemos, desta tribuna, que o aumento exagerado da verba da mordomia do gabinete do secretário de segurança não se destinava à compra de equipamento, de carro e de armamento, fomos contraditos pelo deputado Ferrari Júnior.

Pois bem. Agora o secretário de Segurança que vem dizer que o programa de segurança do Estado do Paraná será feito, não com a verba de mordomia do gabinete do secretário mas com a verba do empréstimo que o governo do Estado fará junto ao governo federal, mais especificamente junto à Caixa Econômica Federal.

Este governo que a todo o empréstimo que concede é chamado de corrupto, de desonesto, é exatamente este governo que vai contratar, com o governador José Richa, a operação de crédito necessária para que sua excelência possa obter os recursos para reequipar a polícia civil e militar do Estado. Conseqüentemente, não é recurso orçamentário, não é recurso próprio do povo do Paraná que será aplicado em Segurança Pública, mas é sim, recurso do governo federal, que será repassado a custo zero praticamente, ao governo do Estado, para que possa melhorar as condições de Segurança Pública.

Logo, é possível concluir que é o governo federal, que é o governo do PDS, que está oferecendo as condições financeiras para que o governo José Richa melhore a Segurança Pública do Paraná.

Esperamos, como paranaenses, que ele assim proceda, que ele reconheça junto ao povo do Paraná, que ele está recebendo apoio do PDS para melhorar as condições de Segurança Pública. Se não melhorar estas condições, ele que reconheça sua incompetência, porque os recursos não lhe faltam. Os instrumentos não lhe serão negados. Nós, que votamos contra em Primeira Discussão, votaremos favoravelmente agora, porque não temos o comportamento que têm os senadores do PMDB, como o biônico Affonso Camargo Neto, o



acidente eleitoral Leite Chaves e o omissor José Richa, que no Senado da República negavam pelo voto ou pela omissão, apoio a que os governos anteriores fizessem empréstimos como esse, nas mesmas condições de juro. Sabem por que, sr. presidente, srs. deputados? Para que os governos anteriores não pudessem fazer as obras necessárias para o desenvolvimento no Paraná.

Não teremos um comportamento similar ao comportamento daqueles que cometeram crime contra o desenvolvimento deste Estado. Por isto a bancada do PDS vota favoravelmente. O governador José Richa que não se queixe agora de falta de recursos. Ele que acorde esta sonolenta equipe secretarial; que deixe de lado gente que está sendo declarada inidônea, por banco oficial da República; que deixe de lado aqueles que só querem o processo de desestabilização do Paraná e passe, com os recursos do governo federal, a executar as obras em favor do povo do Paraná, no Setor de Segurança Pública, infra-estrutura, saúde e educação.

**O sr. Augusto Carneiro** — Vossa excelência permite um aparte? **(Assentimento)** Solicito um aparte, meu caro líder, para registrar no brilhante pronunciamento de vossa excelência, de que os recursos advindos do governo federal têm sido os únicos recursos que têm atendido a gente paranaense.

Tivemos uma distribuição de recursos aos prefeitos, recursos estes que vieram do Ministério dos Transportes, da situação de emergência para melhorias de estradas. Foram recursos que o governo do Estado, assinou convênio e distribuiu, mas é preciso que o Paraná todo saiba que o dinheiro foi do Ministério dos Transportes, portanto do governo federal.

Tivemos numa outra oportunidade recursos advindos da Sudesul e que também atenderam parcialmente os nossos prefeitos, e estes recursos também vieram do governo federal. E nós, através da palavra de vossa excelência, nós da bancada do PDS não votaremos contra nenhuma pretensão de empréstimo ou qualquer recurso que venha ao Estado, pois a nossa obrigação é ajudar o governador do Estado a conseguir recursos e a possibilitar o governo de que ele possa gerar com esses recursos.

Também é da nossa obrigação, principalmente da bancada do PDS, fiscalizar a aplicação desses recursos porque nós não podemos admitir que se faça através da palavra uma situação de melhoria do nosso Estado, como temos ouvido constantemente da palavra do governador e dos seus secretários, e no entanto os fatos são outros. Os poucos recursos que têm vindo ao Estado, têm sido do governo federal, deste mesmo governo federal, criticando, ferozmente, por elementos da bancada do governo.

Então eu faço este aparte para fazer este registro, me parabenizar com o pronunciamento de vossa excelência; porque vossa excelência traduz o pensamento dos homens sérios que procuram analisar com frieza e com assertiva a situação atual do governo do Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ ALBERTO** — Eu quero comunicar a vossa excelência, eminente deputado Augusto Carneiro, já que vossa excelência é o legítimo representante da região de Campo Mourão, que os recursos da Caixa Econômica Federal, um financiamento praticamente a custo zero, irão possibilitar a construção de módulos policiais da Polícia Militar do Estado do Paraná; módulos esses que foram implantados no Paraná como experiência modelar e que receberam do Cardeal D. Evaristo Arns a observação de que, se a Polícia Militar de outros Estados agissem como agiu a Polícia do Paraná com equipamentos através de módulos policiais, seria possível no Estado de São Paulo não ocorrer episódios como ocorreram no governo do PMDB do sr. Franco Montoro. Mas solicito a vossa excelência, como legítimo representante de Campo Mourão, que anuncie naquela cidade também que os recursos da Caixa Eco-

nômica Federal, se destinam à construção de 28 postos modulares nas cidades do interior, Pato Branco, Londrina, Arapongas, Rolândia, Toledo, Umuarama, Cianorte, Paranaguá, Paranaíba, Apucarana, Goioerê e Guarapuava; enfim os companheiros deputados estaduais podem saber onde serão aplicados os recursos e onde serão construídos os módulos policiais da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Além destes dados, vossas excelências podem anunciar ao Paraná, que o governo José Richa terá recursos para melhoria do controle do tráfego urbano, nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Jacarezinho, Pato Branco, Cruzeiro do Oeste, Paranaíba, Paranaguá, Apucarana, Campo Mourão, Lapa, União da Vitória, Foz do Iguaçu e Guarapuava; através da aquisição de 42 veículos, 42 motocicletas, 262 lanternas, 86 trenas, 23 radares e 27 binóculos, além da aquisição de mais 150 viaturas para o Departamento da Polícia Civil.

**O sr. Gabriel Manoel** — Vossa excelência permite um aparte? **(Assentimento)** Deputado Luiz Alberto Oliveira, nós sabemos que tudo que está sendo aplicado no Paraná, é graças à interferência de líderes como vossa excelência.

O que se aplica neste Estado, deputado, é muitas vezes homens como vossa excelência e como os companheiros de nossa bancada, que vão reivindicar para o Paraná.

E é por isso que apesar desta tempestade, onde o vento passa e ficam as benesses para o nosso Estado, que vossa excelência só nos orgulha. Vossa excelência, na sua firmeza, como nosso líder, ao reivindicar dos ministros, os benefícios para o Paraná e para sua gente, ninguém, nem o governo José Richa, não há de fazer ouvidos moucos. Porque vossa excelência está liderando uma bancada de homens, que não querem outra coisa a não ser que o dinheiro do povo seja aplicado em benefício do próprio povo.

Meus parabéns, deputado Luiz Alberto Oliveira, líder autêntico. E a única coisa que eu queria dizer a vossa excelência quando esteve aqui o Ministro dos Transportes, ao inaugurar uma estrada, e o bajulador, do governo José Richa, lá esteve, bajulando, bajulando, deputado, bajulando, e o patamar da vida é o corrimão da...

Desculpe falar, deputado. Então é isto. Os bajuladores, vossa excelência há de convir comigo, diga ao Governador José Richa que pelo amor de Deus, tenha um pouquinho de calor no rosto, e dizer o que ele diz aos ministros quando aqui chegam, que ele vai, deputado Luiz Alberto, com sua equipe, receber os ministros do PDS e depois nos ataca, frontalmente, aqui. Aí estão as duas faces do homem. A face positiva e a face falsa, deputado Luiz Alberto Oliveira, nós temos em vossa excelência o baluarte da nossa bancada, pois jamais fomos bajular o governo José Richa, como ele vai bajular o governo do PDS, vai receber ministros para pedir, implorar, num "puxa-saquismo" com o perdão da palavra.

Deputado Luiz Alberto Oliveira, onde está as duas faces deste governo, que ontem, digo ontem, porque nesse dia inauguramos uma estrada que o PDS fez e o deslavado governador José Richa, foi lá com a cara-de-pau, "cara com óleo de peroba" pois tem que passar óleo de peroba na cara deste homem. Vai "puxar o saco" dos nossos Ministros? Por que ele não diz isso? Por que a bancada inerte do PMDB não diz que o sr, governador é um "puxa-saquista diplomado", como disse Odorico Paraguaçu?

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA** — Agradeço o aparte de vossa excelência e concordo quando faz esta colocação com relação ao ministro dos Transportes.

Na verdade, o Paraná todo sabe, que a segunda pista Curitiba - Spréa, é uma obra que vem se arrastando a 6, 7 anos. E que não dependeu apenas do Ministro Claudino Severo, que

praticamente teve a honra apenas de inaugurá-la. Se sua excelência o governador José Richa, pretendesse fazer justiça, ele deveria referir-se à luta do PDS para que fosse implantada esta estrada. Os apelos do governo Ney Braga, do governo Canet Júnior, do governo Hosken de Novaes, para que esta obra de vital importância, para o Paraná, não fosse paralisada, apesar da escassez de recursos.

E sua excelência deveria ter se referido também para justiça histórica aos nomes dos ex-ministros dos Transportes, entre os quais o ex-ministro Eliseu Rezende que muito contribuiu com o seu bom senso para que a justa reivindicação do Paraná fosse atendida.

Mas, como governador José Richa é o habilidoso elogiador mor do Paraná no momento, ele não teve nenhum constrangimento em elogiar apenas o ministro Cloraudino Severo que participa do governo João Figueiredo.

Registrado, portanto, senhor presidente, a posição favorável da bancada do PDS.

Nós queremos anunciar aos deputados governistas desta Casa que nós iremos cobrar em 1984 a melhoria das condições de Educação para 310 municípios do Paraná, porque o governo José Richa terá os recursos. Iremos cobrar as obras de melhoria dos presídios paranaenses, cobrar a ampliação do Campus Universitário de Maringá, Ponta Grossa e Londrina, além dos microssistemas de abastecimento de água nos diversos municípios do interior do Paraná, obras estas que serão feitas, torno a dizer, com os recursos do PDS.

Recursos esses que os criminosos senadores do PMDB, negaram-se a aprovar no Senado Federal, na legislatura passada, num crime inominável contra a segurança, a educação e a saúde da gente paranaense.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Continua em discussão o Projeto de Lei nº 174/83. Em votação. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Requeiro chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — (Após proceder a chamada nominal).

Esta presidência registra com satisfação a presença neste plenário, do prefeito de Marilena, senhor Dirceu Mazotti e também do prefeito de Terra Rica, Cláudio Soleti.

Presença do deputado federal José Tavares e do senador da República Álvaro Dias.

Também a presença do senhor prefeito de Barbosa Ferraz, Arnaldo Coñegliano.

Trinta e seis senhores deputados responderam à chamada. A Mesa procede a verificação de votação do Projeto de Lei 174/83, solicitando aos senhores deputados que tomem assento para verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o Projeto de Lei 174/83, queiram levantar-se. (Pausa).

Os senhores deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

36 senhores deputados aprovam. Nenhum rejeita. **Aprovado.**

Registramos a visita, neste plenário, do prefeito de Sertãoópolis, Antônio Aparecido Rafaeli.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 26/83, (Mensagem nº 20/83), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Seplan, (Órgão da presidência da República), objetivando a implantação e o aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1.º — Ficam aprovados os Protocolos de Intenções, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN, nas datas e com os objetivos adiante mencionados:

Data	Objetivo
28/05/81	Implantação e aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia;
30/07/82	Aditamento ao Protocolo de Intenções celebrado em 28/05/81, referente à implantação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia; e,
30/07/82	Apoio técnico e financeiro para promover, através da Biblioteca Estadual da Agricultura, registro de documentos do programa de implementação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 27/83, (Mensagem nº 32/83), que aprova convênios celebrados em 07/02/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios ali discriminados com objetivos que especifica.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 07 de fevereiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios adiante mencionados, com a interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — Sudesul, e os objetivos seguintes:

**N.º Conv. - Município e objetivo**

04/83	SANTA HELENA — Execução de regularização de leitos de vias públicas e revestimento primário nas comunidades de Moreninha, Vila Celeste e São Roque;
05/83	SANTA HELENA — Implantação de iluminação pública nas ruas dos bairros de Vila Rica e Braço Norte;

- 06/83 SANTA HELENA — Implantação de um micro-sistema de abastecimento de água nos povoados de Moreninha, Bacuri e São Miguel;
- 07/83 SANTA HELENA — Melhoria das condições sanitárias em 14 escolas de pequeno porte do município;
- 15/83 SÃO MIGUEL DO IGUAÇU — Melhoria de diversas vias de acesso a bairros do município;
- 16/83 SÃO MIGUEL DO IGUAÇU — Melhoria das condições sanitárias em 15 escolas rurais do município;
- 17/83 SÃO MIGUEL DO IGUAÇU — Execução de um projeto técnico visando o controle sanitário da área marginal do Lago de Itaipu;
- 18/83 MARECHAL CÂNDIDO RONDON — Melhoria das condições sanitárias em 6 unidades escolares do 1.º grau do município;
- 20/83 MARECHAL CÂNDIDO RONDON — Implantação de drenagem no distrito de Pato Bragado com a construção de 640m de galerias de águas pluviais; e,
- 21/83 MARECHAL CÂNDIDO RONDON — Implantação de revestimento primário em ruas dos distritos de Porto Mendes, Entre Rios e Pato Bragado, com extensão total de 3.300m.

Sala das Comissões, em 14 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 28/83, (Mensagem n.º 34/83), que aprova convênios celebrados em 20/01/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando execução de obras, conforme o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná.— PRONOROESTE.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 28/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 20 de janeiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e os municípios de ALTÔNIA, ATALAIA, BOA ESPERANÇA, CAFEARA, CIDADE GAÚCHA, CRUZEIRO DO OESTE, DIAMANTE DO NORTE, FLORESTÓPOLIS, ICARAIMA, IGUAÇU, IPORÃ, ITAÚNA DO SUL, LOANDA, MARIA HELENA, (2 Conv.), MOREIRA SALLES, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, PARANAVAÍ, PLANALTINA DO PARANÁ, SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ e TAMBOARA, objetivando a execução de obras, em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;  
TADEU LÚCIO MACHADO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 29/83, (Mensagem n.º 37/83), que aprova Termos Aditivos e Termos de Cooperação Técnica e Financeira de 01/02/83, celebrados entre

o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do Programa Prosafras — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 29/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos aos termos de cooperação técnica e financeira, celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os seguintes municípios: Bom Sucesso, Borrazópolis e Itambé datados de 29/12/82, Xambrê datado de 07/06/82, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — Prosafras, no exercício de 1982.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 30/83, (Mensagem n.º 35/83), que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — Prosafras, no exercício de 1982.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 30/83

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de cooperação técnica e financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios de Bocaiúva do Sul, em 27 de agosto de 1982; Imbituva, em 15 de dezembro de 1982; e, Rebouças, em 27 de agosto de 1982, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — Prosafras, no exercício de 1982.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 31/83, (Mensagem n.º 38/83), que aprova os Termos Aditivos firmados em 29/12/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Programa Especial Prosafras, exercício de 1982.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 31/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos firmados em 29 de dezembro de 1982, aos termos de cooperação técnica

e financeira, celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios de Mariluz, Tapira, Xambrê, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — Prosafras, no exercício de 1982.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 32/83, (Mensagem n.º 16/83), que aprova o Termo Aditivo datado de 30 de novembro de 1982, ao convênio celebrado em 01/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — Prosafras, no exercício de 1982.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 32/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos datados de 30 de novembro de 1982, aos termos de cooperação técnica e financeira, celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios de IBAITI, JAPIRA, LARANJEIRAS DO SUL, PÉROLA e SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — Prosafras, no exercício de 1982.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 34/83, (Mensagem n.º 36/83), que aprova os Termos Aditivos datados em 30/12/83, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 01/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Prosafras, no exercício de 1982.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 34/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos firmados em 30 de dezembro de 1982, aos termos de cooperação técnica e financeira, celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios de BARRA DO JACARÉ, CAMPINA DA LAGOA, CONSELHEIRO MAIRINCK, CURIÚVA, ICARAÍMA, JANIÓPOLIS, JUNDIAÍ DO SUL, ORTIGUEIRA, SALTO DO ITARARÉ, SANTA AMÉLIA, SANTA MARIANA e SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermuni-

cipais para Escoamento de Safras — Prosafras, no exercício de 1982.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

Registramos, nesta Casa, a presença do presidente da Câmara Municipal de Guaraniaçu, senhor Almir Tessari, bem como do deputado federal Amadeu Gears.

**3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei Complementar n.º 79/82, de autoria do deputado AIRTON CORDEIRO, que dispensa o presidente, o secretário e o tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná, das atividades normais de seus cargos públicos, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H., e C.E., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**— **Aprovado.**

Pela ordem, concedo a palavra ao nobre deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Trata-se de projeto que vossa excelência anuncia de lei complementar.

Conseqüentemente, precisa maioria absoluta o que não existe no plenário no presente momento; razão, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nestor Baptista**) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação, solicitando, mais uma vez, aos senhores deputados, que tomem assento nos seus lugares para verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o Projeto de Lei Complementar n.º 79/82, de autoria do deputado Airton Cordeiro...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, senhor presidente.

Solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — (**Pela ordem**) — Senhor presidente, o deputado Tadeu França não está de acordo com a idumentária para votar.

Pediria a vossa excelência que solicitasse que sua excelência colocasse a gravata para que pudéssemos, dentro da idumentária, poder dar o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (**Nestor Baptista**) — A Mesa acolhe a sua manifestação e, de acordo com a tradição do Parlamento recomenda ao nobre deputado Tadeu França que faça uso da sua indispensável gravata.

A Senhora primeira secretária fará a chamada nominal.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (**Pela ordem**) — Solicito que vossa excelência dispense tanto a chamada nominal quanto a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nestor Baptista**) — **Aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar n.º 79/82.**

**3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 53/83, de autoria do

deputado RUBENS BUENO, que dá nova redação ao art. 43, da Lei n.º 7.074, de 02/01/79. (HONORÁRIOS DE ADVOGADOS EM AÇÕES FISCAIS EM FAVOR DO ESTADO). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. COM EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 62/83), que objetiva cancelar débitos para com a Fazenda Estadual, existentes até 31/12/82, decorrentes de responsabilidade funcional e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 86/83, (Mensagem n.º 99/83, ex-Proposição n.º 100/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo de revigoramento e retificação de 26/06/83, ao Convênio n.º 03/83, celebrado em 26/01/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o município de Santa Helena, com a interveniência da Sudesul, objetivando alterar prazos para execução das obras convencionadas e de vigência do convênio e revigora as demais cláusulas.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 87/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 91/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando a execução do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — Pronoroeste.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 88/83, (Mensagem n.º 82/83, ex-Proposição n.º 83/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio de Cooperação e Compromisso celebrado em 08/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Centenário do Sul, para a construção do Terminal de Passageiros, nessa cidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36/83, de autoria do deputado RUBENS BUENO, estabelecendo que toda avaliação de imóvel, rurais ou urbanos, que se destine a servir de base para cálculo do Imposto de Transmissão Inter-vivos, será levada à apreciação da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores do município da localização do imóvel. As mesmas terão em comum o prazo de 10 (dez) dias, para opinar sobre a avaliação. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade.— Em votação. (Publicado no D.A. n.º 33, de 19/04/83.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 36/83

#### PARECER

De autoria do nobre deputado Rubens Bueno, o projeto de lei em exame determina que as avaliações de imóveis rurais ou urbanos, que se destinem a servir de base ao cálculo do Imposto de Transmissão Inter-Vivos, sejam apreciadas, num prazo de dez (10) dias, pela Prefeitura Municipal e pela Câmara de Vereadores do município de sua localização.

O projeto foi apresentado dentro das disposições regimentais e não fere dispositivo constitucional.

Quanto à oportunidade, no entanto, quer nos parecer, que a medida ora proposta irá provocar mais inconvenientes que vantagens, pois aumentaria a já grande burocracia envolvida na venda das propriedades rurais e urbanas, provocando, inclusive, uma considerável demora na efetivação de transações imobiliárias, demora essa que, inclusive, se veria agravada, quando do recesso do Legislativo Municipal.

Nestas condições, sem negar a constitucionalidade do projeto, somos pela REJEIÇÃO.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;  
CAÍTO QUINTANA — Relator.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar) — Senhor presidente, em que pese a iniciativa louvável do nobre deputado Rubens Bueno, procurando estabelecer um certo controle sobre a avaliação de imóveis objeto básico para cálculo do imposto de transmissão "inter-vivos", é evidente que tal projeto, no momento, causaria determinado impecilho para a administração pública.

O objetivo do projeto é dos mais salutares, de que a avaliação não fique restrita ao órgão fazendário, mas de que os mecanismos, principalmente de fiscalização popular como a Câmara Municipal e a própria Prefeitura Municipal intervissem no processo.

Todavia, a CCJ, ao proferir parecer contrário, por unanimidade, avaliou ponderadamente o excesso de burocracia e o entrave que isso causaria na máquina arrecadadora do Estado.

Por isso, nós, acompanhamos o parecer da CCJ, rejeitando este projeto, embora tenha que se destacar que é louvável a iniciativa para, efetivamente, se estabelecer um certo controle sobre a máquina estatal. E nós encaminharemos esta matéria à Secretaria das Finanças, para, talvez aproveitando esta sugestão, possa ela criar um mecanismo que não fique adstrito apenas e tão simplesmente à Fazenda Pública fazer esse tipo de avaliação.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem) — Senhor presidente, vossa excelência não anunciou, mas, como tem o parecer contrário a votação deverá ter a ordem inversa.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esclarecendo-se na hora de votação, deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Então, vamos aguardar.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar) — Senhor presidente, o que nos causa espécie é o líder do governo achar a fórmula boa e não querer votar favorável a uma iniciativa de um deputado que é o deputado Rubens Bueno que, naturalmente, bem assessorado, trouxe uma matéria para que seja votada, porque o que é bom hoje, é bom amanhã. E por quê negar a aprovação dessa iniciativa de um deputado combativo como o deputado Rubens Bueno que quer acertar uma situação. Ou temos interesses escusos ou, então, votamos favorável a uma iniciativa de um deputado que está procurando dar aos cofres públicos o que é necessário dar. Se o projeto não é bom agora, não é bom amanhã, senhor presidente.

Então, eu pediria ao nobre líder que dissesse novamente, por seu intermédio, por intermédio de seus porta-vozes, porque

## PROJETO DE LEI Nº 45/83

não é bom hoje e vai ser bom amanhã. Porque, nós vamos ficar, no momento, impedidos de votar numa iniciativa do moço que está procurando acertar dentro do complexo positivo do Paraná, para dizer que hoje não é bom, mas amanhã é bom.

Então, é falta de coordenação. É isto que o Paraná está vendo, senhor presidente, senhores deputados.

Não podemos nos omitir. Ou votamos favoravelmente ou votamos contra.

Se o projeto é bom amanhã, por que não votar hoje? Por que evasivas? Por quê?

Talvez porque os poderosos disseram ao líder que não votasse hoje, e o nobre líder, que eu admiro, não poderia dar uma escorregada dessas, dizendo que o projeto vai ser bom amanhã, e a imprensa que saiba, o Paraná que publique, que o nobre líder é contra o projeto do deputado Rubens Bueno e nós, particularmente, talvez sejamos favoráveis. O que não podemos é "dar uma no martelo e outra fora do martelo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Em votação. A Mesa esclarece que, havendo parecer contrário da CCJ, com base no artigo 160, § único, fará a votação de modo inverso.

Os senhores deputados que aprovam o Projeto de Lei 36/83, queiram levantar-se.— **Rejeitado.**

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor presidente, eu pediria, após, uma cópia desta votação, se possível for.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Mesa defere, nobre deputado Gabriel Manoel.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 45/83, de autoria da DEPUTADA AMÉLIA HRUSCHKA, que dá nova redação ao art. 171, da Lei n.º 6.174, de 16/11/70. (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade.— Em votação. (Publicado no D.A. n.º 45/83.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 45/83

##### PARECER

O projeto de lei em exame altera dispositivo da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, para conceder à funcionária pública o direito de percepção de adicionais após completados vinte e cinco (25) anos de serviço público, nos mesmos moldes que o adicionais por mais de trinta (30) anos de serviço concedido ao funcionário do sexo masculino.

O projeto, no que respeita à sua oportunidade torna-se valioso ao corrigir uma distorção injusta contida no Estatuto dos Funcionários Públicos que, ao premiar o funcionário masculino com o adicional de cinco por cento (5%) nos cinco (05) anos que antecedem sua aposentadoria, na prática excluía a mulher funcionária pública, que teve o seu tempo de serviço para aposentadoria reduzido para trinta (30) anos.

No que respeita à constitucionalidade da matéria, nada há que se lhe possa antepor, obedecendo o projeto, quanto à sua apresentação, as normas estabelecidas por esta Assembléia.

Nestas condições, o nosso parecer é pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente  
ANIBAL KHURY — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PARECER

O presente plano de lei, de autoria da nobre deputada Amélia Hruschka tem por objetivo proporcionar condições para acréscimo de vencimento à funcionária, ao completar 25 (vinte e cinco) anos.

A medida é de inteira validade como, aliás, já se expressou a Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao aspecto financeiro, evidentemente poderá ser prevista em orçamento ou ocorrer suplementação para o cumprimento da lei.

O parecer, s.m.j., é pela aprovação.

Sala das Comissões,

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;  
EZEQUIAS LOSSO — Relator.

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 45/83 LEI COMPLEMENTAR

A ilustre deputada Amélia Hruschka propõe a alteração do artigo 171, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 — Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado.

Justa a iniciativa, pois, visa corrigir injustiça praticada no texto da legislação atual, que discrimina o funcionário público do sexo feminino, que não conta adicionais nos últimos anos de serviço, como o faz o funcionário público do sexo masculino.

Nestas condições somos pela aprovação da medida.

Sala das Comissões, em

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente e Relator.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Para encaminhar) — Senhor presidente, quando se discute, em primeira discussão, o presente projeto de lei que tem por objetivo atender à funcionária um justo direito, quero manifestar a minha total posição favorável à iniciativa da deputada Amélia Hruschka, e dizer que, lamentavelmente, uma iniciativa anterior semelhante, foi rejeitada pelo governador do Estado à época, governador Jayme Canet Júnior, colocando-se, nas razões do veto, a inconstitucionalidade do autógrafo que lhe foi endereçado.

Por razões de ordem administrativa desta Casa, o veto não foi discutido, dentro do prazo de 45 dias, previsto na Constituição do Estado do Paraná.

Por isso, de forma coerente, como votei favoravelmente naquela ocasião, sendo autor voto fora, e faço votos de que o Chefe do Poder Executivo tenha a necessária sensibilidade para, mesmo sendo discutivelmente constitucional o projeto, o sancione, para que seja reparada esta grande injustiça que está sendo cometida em relação à funcionária pública.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Em votação. Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186/83, de autoria do deputado ODENI MONGRUEL, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao "SENHOR TORAO TOMITA". Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.—

**Aprovado.**— (Publicado no D.A. n.º 116, de 18/10/83).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 186/83

PARECER



O nobre deputado ODENI MONGRUEL intenta com o presente projeto de lei de sua autoria, conceder o título de cidadão honorário ao senhor TORAO TOMITA, presidente do Cotonifício Kurashiki do Brasil Ltda., sediada na cidade de Ponta Grossa.

Natural do Japão, o homenageado chegou ao Brasil em 1972, tendo constituído no mesmo ano a empresa que dirige, onde sempre se revelou um agente empenhado em ampliar benefícios adicionais aos trabalhadores, orientando, aplicando seus conhecimentos, suas idéias em sua ação nesse sentido.

Revelam-nos os termos da justificativa do projeto que tal homenagem consagra o exemplo que deve ser seguido pelos empregadores, no sentido da melhor utilização possível das faculdades de seus operários e empregados, assim como a melhor forma de retribuição por seu trabalho.

Em suma, o esforço deste empresário em enaltecer e nobilitar o trabalho de seus empregados, viabilizando dessa forma o sucesso coletivo, bem como concretizando um clima de absoluta harmonia entre empregador e empregados, o faz merecedor da honraria que ora lhe presta o Estado do Paraná.

Quanto ao aspecto legal e regimental, inexistem óbices à normal tramitação do processo pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;  
HERMAS BRANDÃO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 89/83, (Mensagem n.º 88/83), ex-Proposição n.º 93/83, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - Prosafas, no exercício de 1983.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 90/83, (Mensagem n.º 94/83), ex-Proposição n.º 96/83, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, adotados em 19/03/82 e 31/03/82, objetivando a aplicação de Recursos Financeiros da Comec, na execução de obras de interesse metropolitano.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 91/83, (Mensagem n.º 101/83, ex-Proposição n.º 97/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - Prosafas, no exercício de 1983.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 92/83, (Mensagem n.º 96/83, ex-Proposição n.º 99/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica

Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — Prosafas, no exercício de 1983.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da senhora Yolanda Simonelli da Silva, ocorrido no dia 19 de novembro do corrente ano, no município de Maringá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do doutor Osni Ravanello, ocorrido no dia 19 de novembro do corrente ano, no município de União da Vitória.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Osmar de Oliveira, prefeito municipal de Carlópolis, ocorrido no dia 20 de novembro do corrente ano, naquele município.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 22.º aniversário do município de Ivaiporã.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela posse do Revmo. Bispo Dom Lúcio Ignacio Baumgaertner, na Diocese do município de Toledo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário das Finanças, encarecendo medidas que venham facilitar o recolhimento do ICM.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados no recapeamento da malha rodoviária no perímetro urbano, no município de Goioerê.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor ministro da Previdência e Assistência Social, visando a criação e instalação de um posto do INPS no bairro Lar Paraná, no município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo liberação de recursos para a recuperação do trevo da PR-317, no município de Engenheiro Beltrão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, objetivando a pavimentação asfáltica do acesso ligando a sede do município de Juranda à BR-369.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário das Finanças, encarecendo a libera-

ção de recursos para a Administração Municipal de Goioerê.—

**Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná, com voto de apoio a senhora secretária da Educação, de desmembramento da área de Estudos Sociais em História, Geografia e Organização Social e Política Brasileira, da quinta a oitava séries do primeiro grau.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor diretor geral da Cacex, encarecendo estudos amplos e democráticos do problema das exportações Brasil-Paraguai.—

**Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à equipe de urologia do doutor Hélio Pozzobon, pelo sucesso do transplante de rim realizado no município de Maringá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente

sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

**REDAÇÃO FINAL** — dos Projetos de Resolução n.ºs 22, 23, 24, 25, 79, 80 e 83/83.

3a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 130/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 86, 87 e 88/83.

2a. **DISCUSSÃO** — dos Projetos de Lei n.ºs 45 e 186/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 89, 90, 91 e 92/83.

1a. **DISCUSSÃO** — dos Projetos de Resolução n.ºs 11, 46, 47 e 112/83. E dos Projetos de Lei n.ºs 69, 111, 120, 122, 123, 129, 133, 136, 137, 146, 148, 151, 153, 155, 160, 161, 162, 163, 168, 170, 178 e 187/83.

Levanta-se a sessão.